Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano VII – Nº 19 – Março de 2016

ECONOMISTAS

Perspectivas para a Economia em 2016

Antonio Corrêa de Lacerda
Riscos e Potencialidades da Economia Brasileira

Roberto Macedo
O Economista no Mercado de Trabalho Brasileiro

Júlio Miragaya e Roberto Piscitelli
Não à ortodoxia

Felipe Salto
Construindo alternativas

Celso Luiz Martone
O Brasil sem rumo

www.cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Júlio Miragaya

VICE-PRESIDENTE
Odisnei Antônio Béga

CONSELHEIROS EFETIVOS
Júlio Miragaya
Odisnei Antônio Béga
Antonio Melki Júnior
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Celina Martins Ramalho
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo José Monteiro da Costa
Felipe Macedo de Holanda
Henri Wolf Bejzman
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Nei Jorge Correia Cardim
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Pedro Andrade de Oliveira
Róridan Penido Duarte

CONSELHEIROS SUPLENTES
Arthur Nemrod Menezes Guimarães
Carlos Alberto Safatle
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando da Silva Ramos Filho
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Henrique Jorge Medeiros Marinho
José Antonio Lutterbach Soares
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Maria de Fátima Miranda
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Roberto Polli Lobo
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Sebastião Demuner
Valery Maineri König

CONSELHO EDITORIAL
Jin Whan Oh
Júlio Miragaya
Odisnei Béga

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Jin Whan Oh (Coordenador)
Celina Martins Ramalho
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Reis Araújo
João Manoel Gonçalves Barbosa
Júlio Miragaya
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Ricardo Valério Costa Menezes
Simone Magalhães

ASSESORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp - Assesoria de Imprensa
Manoel Castanho - Jornalista
Júlio Poloni - Jornalista

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Qualytá Ltda

TIRAGEM
10.000 exemplares

ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

PIB, INFLAÇÃO E JUROS EM 2016 5

DESEMPREGO DEVERÁ AUMENTAR EM 2016 11

RISCOS E POTENCIALIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA
Antônio Corrêa de Lacerda 15

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS
Felipe Salto 20

PERSPECTIVAS PARA INVESTIMENTOS EM 2016 27

PROGRESSIVIDA DE TRIBUTÁRIA: AGENDA REABERTA
Sérgio Wulff Gobetti e Rodrigo Octávio Orair 31

O BRASIL SEM RUMO
Celso L. Martone 38

NÃO À ORTODOXIA
Júlio Miragaya e Roberto Piscitelli 42

O ECONOMISTA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS E PARA AS ENTIDADES DE CLASSE
Roberto Macedo 46

EVIDÊNCIAS E NÚMEROS DE INVESTIMENTOS EM CAPITAL HUMANO NA AGRICULTURA PAULISTA
Paulo Fernando Cidade de Araújo 52

ECONOMIA COMPORTAMENTAL
Carlos Mauro & Ana Salomé 58

GUIA DE ECONOMIA COMPORTAMENTAL E EXPERIMENTAL
Luiz Alberto Machado 63

OS DESAFIOS PARA ANGE EM 2016 64

FENECO: RUMO A BASE DISCENTE 65

NOVOS LIVROS
A ECONOMIA ARTISTICAMENTE CRIATIVA
Xavier Greffe, por Luiz Alberto Machado 67

ECONOMIA: MODO DE USAR - UM GUIA BÁSICO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS ECONÔMICOS
Ha Joon Chang, por Celina Ramalho 68

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

JÚLIO MIRAGAYA | PRESIDENTE

EDITORIAL

O sistema econômico mundial não prima exatamente pela justiça social e racionalidade econômica, pelo contrário, gera dois dos maiores flagelos da humanidade: pobreza e desemprego. A maior parte da população mundial e brasileira ainda vive na pobreza, pois se trata, no mínimo, de uma inverdade a versão de que a maioria de nossa população é de classe média. Outro flagelo é o desemprego, condição de 200 milhões de pessoas no mundo, montante que supera 1,5 bilhão se computarmos também as que são submetidas a condição de trabalho precário. No Brasil não é diferente e, se entre 2003 e 2013 o Brasil gerou 20 milhões de novos empregos formais, nos dois últimos anos o desemprego voltou a crescer, atingindo mais de 9 milhões de brasileiros.

Esses dois flagelos – pobreza e desemprego – têm uma base comum que é a extrema desigualdade na distribuição social da renda e da riqueza. Estudo apresentado no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2015, revelou que o 1% da população mais rica do planeta tinha riqueza superior aos 99% restantes. Outro informe, ainda mais chocante, apontado no Fórum Social Mundial deste ano, informou que 62 bilionários – entre os quais dois brasileiros, os principais acionistas da Ambev e do Banco Safra – possuíam em 2015 patrimônio conjunto de 1 trilhão e 760 bilhões de dólares, riqueza equivalente ao patrimônio somado dos 3,7 bilhões habitantes mais pobres do planeta, exatamente metade da humanidade. É como se cada um dos bilionários tivesse riqueza equivalente a de 60 milhões de pessoas. Não há nenhuma justiça, racionalidade e muito menos grandeza nisso.

São vários os mecanismos de concentração da renda e da riqueza, inclusive o verdadeiro "assalto" que é perpetrado aos cofres públicos a título de isenções fiscais, desonerações tributárias, subsídios ao financiamento público e pagamento de juros sobre a dívida pública, que subtrai cerca de 40% do orçamento público, que deveria ter como único destino o atendimento das demandas da população.

Mas certamente o mais relevante mecanismo de concentração da renda e da riqueza no Brasil é sua estrutura tributária, fortemente regressiva, que incide principalmente sobre a produção e o consumo e marginalmente sobre a renda e a riqueza, o que faz com que os pobres paguem, proporcionalmente, mais impostos que os ricos.

Se o Conselho Federal de Economia quer efetivamente "contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica" e "promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País", conforme consta em suas atribuições definidas na Lei 1.411/51, nada mais apropriado que implementar uma ampla campanha pela redução da desigualdade na distribuição da renda e da riqueza no Brasil. Esse propósito consta no nosso programa de trabalho para 2016 e certamente será uma das prioridades da atuação do Cofecon.

ANIPES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E ESTATÍSTICA

A Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) tem como finalidade congregar as instituições brasileiras que desenvolvam atividades de planejamento, pesquisas sociais, econômicas, geoambientais e de estatística, sendo seus objetivos básicos:

I. Representar os interesses das instituições associadas junto à opinião pública, ao poder público, aos órgãos de classe, a instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior, às representações diplomáticas e aos organismos e agências internacionais, especialmente no que concerne a pesquisa e a formulação das políticas sociais, econômicas e geoambientais do País;

II. Estabelecer objetivos e padrões de excelência para a pesquisa e as estatísticas e incentivos para o desenvolvimento da pesquisa nas instituições associadas;

II. Promover a cooperação e o intercâmbio entre as instituições associadas, especialmente, no que tange aos aspectos teóricos e metodológicos e de dados para a investigação científica e aplicada.

A Anipes foi fundada em 1999 pela iniciativa de órgãos estaduais que já mantinham, desde 1996, contatos regulares para discussão de temas no campo das atividades de produção e análise de informações, para subsidiar o planejamento governamental e permitir o acompanhamento da conjuntura social e econômica no Brasil.

Desde então, o número de instituições filiadas tem aumentado, assim como o escopo da agenda temática de investigação e interesse comum. Atualmente são 38 instituições filiadas, de norte a sul do país, reunindo instituições com diferentes naturezas organizacionais – fundações, autarquias e da administração direta – e âmbitos de governo – federal, estadual e municipal.

Estrutura da Anipes

Presidência

Vice-presidência

Diretoria Administrativa

Diretoria de Estudos Socioeconômicos:
- Comissão de Contas Regionais
- Comissão de Demografia

Diretoria de Estudos Territoriais e Geoambientais:
- Comissão de Cartografia
- Comissão de Regionalização

Diretoria de Estatísticas:
- Comissão do Índice de Desenvolvimento Municipal
- Comissão do BEP

PIB, INFLAÇÃO E JUROS EM 2016

Por Manoel Castanho

Como tirar o país da recessão, retomar o crescimento econômico, trazer a inflação de volta à meta e reduzir a taxa de juros? Se fosse fácil solucionar esta equação, o país já estaria superando o momento de crise vivido em 2015; no entanto, as projeções para o ano de 2016 não são as mais otimistas: a economia brasileira continuará em recessão, com inflação acima da meta. E mesmo os mais experientes economistas podem divergir quanto à melhor forma de equilibrar as variáveis macroeconômicas.

Embora a inflação de 2014 tenha fechado o ano em 6,40% - dentro, portanto, do teto da meta estabelecida pelo governo -, houve momentos em que ela se situou acima da margem de tolerância. Foi neste contexto que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) iniciou em outubro do mesmo ano uma série de elevações nos juros, partindo do patamar de 11% ao ano e atingindo 14,25% em meados do ano passado. A inflação, no entanto, cresceu e fechou o ano de 2015 em 10,67%. Além disso, a alta dos juros inibe o consumo e os investimentos e o país entrou em recessão.

Por que a inflação é tão resistente quando o país já pratica uma taxa de juros elevada? A resposta pode ser encontrada em alguns fatores. Os preços administrados – em especial, a energia elétrica e os combustíveis, que tiveram forte elevação em 2015 – são um deles. "Iniciamos um novo ciclo econômico em 2012, quando o governo fez reformas por controle de preços. O que estamos tendo agora é uma inflação reprimida, com alta porcentagem de preços controlados, o efeito da correção dos preços de 2012 até o ano passado", avalia o economista João Rogério Sanson, doutor em Economia pela universidade Vanderbilt. "Num ambiente de preços controlados você tem o efeito inercial da inflação e os impactos da política monetária demoram a aparecer".

O economista Fabrício Augusto de Oliveira, doutor em Economia pela Unicamp e ganhador do Prêmio Brasil de Economia, categoria livro (2011), analisa a inflação brasileira e observa que a política monetária pouco pode fazer neste momento. "A inflação brasileira, na atualidade, é predominantemente de custos. Em parte, se explica por um componente inercial, dado o nível de indexação da economia, e por problemas sazonais, como a alta do preço dos alimentos devido a fatores climáticos causados pelo fenômeno El Niño", comenta Fabrício. "Estas causas são pouco sensíveis à política monetária de elevar os juros, que derruba o consumo e o investimento na hipótese de haver inflação de demanda. Definitivamente, este não é o caso do Brasil".

Se por um lado os fatores apontados por Sanson e Oliveira fazem com que os juros altos não atinjam o objetivo de derrubar a inflação, por outro lado esta ferramenta de política monetária trouxe um efeito colateral indesejado: o agravamento da recessão. Vários economistas estimam que no ano de 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) poderá ter um resultado ainda pior do que em 2015.

"As projeções atuais, incluindo as de organismos e instituições internacionais, são unânimes em apontar uma queda de no mínimo 3%, com algumas mais pessimistas apostando num recuo de 4%", observa Fabrício. E não se pode contar com estímulos externos para que o Brasil volte a crescer. "A economia mundial não tem mostrado forças para reagir. A recuperação da economia norte-americana que, aparentemente, vinha se mostrando mais forte, revelou fraqueza; a da China está entrando em parafuso com a mudança do modelo econômico e ninguém aposta mais em um crescimento mais forte e expressivo. A da Europa está morna, prostrada, com fraqueza da demanda e enfrentando ameaças de deflação. E a dos países emergentes entrou em declínio, com alguns países em recessão".

O economista Roberto Luis Troster, doutor pela Universidade de São Paulo, concorda com o prognóstico negativo, mas vê uma solução que passa por mudanças. "Pode ser, sim, um ano pior do que 2015, mas ainda há tempo para reverter este quadro. Depende de uma mudança na política econômica. Caso ela não venha, continuaremos andando para trás", aponta Troster. Mas o que precisa mudar, especificamente? "São várias coisas. Na política cambial, o país precisa começar a usar suas reservas; na política fiscal, é preciso mais foco no superávit primário".

O governo, evidentemente, busca soluções para retomar o crescimento da economia brasileira. Em 28 de janeiro, durante a reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão) foi apresentado um plano para liberar R$ 83 bilhões em crédito para pequenas e médias empresas, agricultura, infraestrutura e habitação. Os recursos virão do Banco do Brasil (R$ 10 bilhões), BNDES (R$ 24 bilhões) e FGTS (R$ 49 bilhões). A principal novidade é a possibilidade de o trabalhador usar a multa rescisória como garantia nas operações de crédito consignado, mas a medida ainda precisa passar pelo Congresso Nacional.

R$ 83 BILHÕES PARA REATIVAR A ECONOMIA

- R$ 10 bilhões (Banco do Brasil): pré-custeio da safra agrícola 2016/2017
- R$ 10 bilhões (FGTS): contratação de novas operações de crédito imobiliário
- R$ 22 bilhões (FI-FGTS): crédito para operações de infraestrutura
- R$ 5 bilhões (BNDES): capital de giro de micro e pequenas empresas
- R$ 4 bilhões (BNDES): linhas de pré-embarque para exportações
- R$ 15 bilhões (BNDES): refinanciamento das operações do PSI e Finame
- R$ 17 bilhões (estimativa do governo, FGTS): crédito consignado ao setor privado

Para Troster, o plano não dará resultados. "O impacto é pouco significativo e o volume é pequeno, apenas 3% do crédito no país. Além disso, vai passar mais tempo até que uma nova medida seja anunciada e durante este período os problemas da economia serão agravados", analisa o economista. "O diagnóstico só vai agravar a situação. Precisamos mudar, mas temos que passar de um paradigma de crédito fácil e de curto prazo para um crédito responsável. Enquanto isso não for feito, a economia continuará derrapando".

Fabrício Oliveira avalia que o plano pode auxiliar a demanda, mas com efeitos limitados. "Um dos grandes problemas que têm freado o consumo, na atualidade, além do desemprego e da queda da renda, é o elevado nível de inadimplência e de endividamento das famílias brasileiras. Com isso, o investimento não recebe os estímulos necessários para expandir-se, ainda mais com um ambiente externo desfavorável", explica Fabrício. "Mais de 50 milhões de brasileiros se encontram com atrasos de 30 a 60 dias nas prestações de compras realizadas a crédito, totalizando R$ 250 bilhões. Devido às incertezas da economia, do temor do desemprego e da queda real dos salários, o bom senso manda economizar, saldar a dívida e evitar contrair novas. Não será o aumento na oferta de crédito que mudará este quadro, levando a população ao consumo".

Não havendo consumo, a produção também é afetada. Na primeira edição de 2016 da pesquisa de mercado do Banco Central, conhecida como boletim Focus, a projeção do mercado era de uma queda de 3,45% na produção industrial. Vale destacar que as projeções na primeira semana do ano têm se mostrado otimistas: em 2014 e 2015 elas apontavam crescimento de 2,20% e 1,05%, respectivamente, quando na verdade a produção industrial teve queda de 3,2% e 8,3%, de acordo com o IBGE.

Temos que passar de um paradigma de crédito fácil e de curto prazo para um crédito responsável

Roberto Troster

Além da crise econômica, o país vive uma crise política cujos desdobramentos são sentidos na economia. Desde o rompimento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com o Planalto, a presidente Dilma Rousseff tem tido dificuldade para aprovar no Congresso medidas importantes para o ajuste fiscal e destravar a chamada pauta bomba, que cria mais gastos. Além disso, mesmo que as ações não apareçam num horizonte visível, Dilma enfrenta o fantasma do impeachment e a possibilidade da cassação no Tribunal Superior Eleitoral; Cunha, por sua vez, lida diariamente com o julgamento na Comissão de Ética e a possibilidade de cassação do mandato.

Com um cenário de incertezas políticas, muitos agentes econômicos preferem manter a cautela e adiar investimentos – o que Fabrício Oliveira chama de imobilismo econômico. "A solução da crise política, que está longe de acontecer, poderia contribuir para mitigar a crise econômica, mas seria insuficiente para recolocar o país numa trajetória de crescimento mais sustentado", opina o economista. "Enquanto perdurar, não se pode esperar muito de uma política econômica que seja capaz de soldar interesses divergentes de forças sociais distintas em torno de um projeto de retomada de crescimento para o país".

Em nota oficial elaborada durante a primeira Sessão Plenária de 2016, o Cofecon argumentou que a crise política vem trazendo impactos negativos para a economia e exortou os parlamentares a buscarem o melhor para o país. "Espera-se que lideranças parlamentares deixem de apostar no quanto pior a economia, melhor para atender seus interesses pessoais e políticos. (...) A sociedade brasileira aguarda que seus representantes, tanto no Executivo quanto no Legislativo, promovam um debate responsável para superação da crise, procurando soluções que atendam efetivamente os interesses do país", expressou o Cofecon.

Na mesma nota, o Cofecon defende uma mudança na matriz econômica, de modo que os juros possam ser reduzidos de forma sustentável, permitindo "o aumento dos investimentos do setor privado, o estímulo ao consumo das famílias, a diminuição do montante pago como serviços e juros da dívida pública e, como consequência, o aumento da capacidade de investimento do próprio setor público. (...) Mais importante no atual cenário passa a ser o estímulo à atividade econômica, a geração de emprego, a diminuição da ociosidade no setor produtivo e o aumento dos investimentos capazes de permitir a ampliação da oferta agregada e a retomada do crescimento econômico".

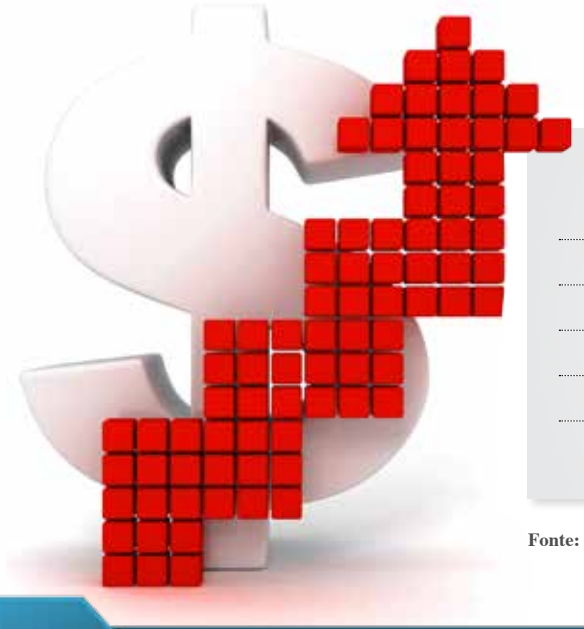
Roberto Troster avalia que a política monetária no Brasil é mais fraca do que em outros países por ter mecanismos de transmissão mais frágeis. "No Brasil você tem indexação, tem moeda remunerada e isso atrapalha a política monetária, exigindo juros muito mais altos do que os necessários em outros países", aponta Troster. "A recessão puxa a taxa de juros para baixo, mas a política fiscal e a indexação puxam a taxa para cima. Estamos num ponto médio, ninguém consegue saber quão forte vai ser a recessão e quão ostensiva vai ser a política fiscal em 2016".

SETOR EXTERNO: SAÍDA PARA A CRISE?

Em outubro de 2014 o dólar estava cotado a R$ 2,40. Nos meses seguintes ocorreu um movimento de alta que teve seu ápice em setembro de 2015, quando a cotação atingiu a marca de R$ 4,19. Após uma queda em novembro, quando chegou a R$ 3,70, o dólar passou a flutuar em torno dos R$ 4,00 – um patamar mais de 60% acima do registrado há pouco menos de um ano e meio. A consequência mais visível desta alta é o aumento nos preços de produtos importados, impactando o dia-a-dia do brasileiro de várias formas – inclusive no preço do pão, já que o Brasil importa trigo – e redução nas viagens para o exterior.

A própria crise, no entanto, oferece ao país uma porta de saída. Com o ajuste na cotação do dólar, as exportações brasileiras passam a ter um preço mais competitivo, estimulando a indústria nacional. Em 2014 o Brasil teve um saldo negativo de US$ 4,05 bilhões na balança comercial; em 2015, ano do ajuste da cotação, o saldo passou a ser positivo, de US$ 19,68 bilhões, não obstante a queda dos preços médios dos produtos exportados.

"Perdemos US$ 15 bilhões na balança comercial no ano passado só pelo fator preço. Não fosse isso nosso superávit teria sido de US$ 35 bilhões. Empresas como a Vale e a Petrobrás dependem disso", afirmou o economista Antônio Correa de Lacerda, ex-presidente do Cofecon, em palestra realizada no dia 29 de janeiro durante a 669ª Sessão Plenária da autarquia. Para 2016, a projeção divulgada no primeiro boletim Focus do ano, é de ampliação do superávit comercial para US$ 35 bilhões.



EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (EM US$ BILHÕES)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2011	256,03	226,24	29,79
2012	242,57	223,18	19,39
2013	242,03	239,74	2,28
2014	225,10	229,15	- 4,05
2015	191,13	171,44	19,68

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Mas o câmbio, por si só, não garante o impulso necessário a superação da crise. Há mais fatores envolvidos. "A desvalorização do câmbio é bem-vinda e merece ser comemorada, pois restitui competitividade para a indústria nacional, podendo sim, contribuir para dar impulso à atividade econômica, mas acredito que ele seria limitado no quadro atual", comenta Fabrício Oliveira. "A participação das exportações brasileiras no PIB não é assim tão significativa para essas serem colocadas como uma porta de saída para a crise. Além disso, a economia mundial está mergulhada num processo de desaceleração econômica e mercados importantes para a indústria brasileira, como os da América latina, em especial a Argentina, se encontram com sérias dificuldades econômicas, sem forças também para contribuírem neste sentido".

"Nós tivemos uma crise forte assim porque o governo tentou esticar a corda e fazer ajustes tarde demais, e tentou fazer em cima da demanda. Tivemos uma desvalorização do Real. Primeiro o saldo ficou negativo, mas agora a curva do saldo comercial aponta para cima. Há a recuperação do saldo comercial, isso tem um efeito multiplicador para a economia e uma contribuição para o crescimento do PIB, que deixa de ser negativa e passa a ser positiva", aponta João Rogério Sanson. "Porém, pelo fato de a economia brasileira ser fechada, este efeito é pequeno e demorado. Mas vai acontecer".

"A mudança na taxa de câmbio é importante para estimular a indústria, mas não é suficiente. O país precisa fazer mais coisas para começar a andar para a frente", comenta Roberto Troster. "E estas coisas não estão sendo feitas agora. É preciso reduzir, por exemplo, o custo de exportação no Brasil, que ainda é caro por causa de problemas burocráticos, alfandegários e de infraestrutura".

"Se por um lado a correção do câmbio permitiu a construção de um superávit comercial, o outro lado da moeda é que, face a queda dos preços médios dos produtos exportados e da contração dos mercados importadores, desde 2011 o país vem enfrentando quedas consecutivas nas exportações, que caíram de um total de US$ 256,0 bilhões naquele ano para US$ 191,1 bilhões em 2015. Se há um saldo positivo, em parte ele pode ser explicado porque em 2015 houve uma queda acentuada (US$ 57,71 bilhões) nas importações, provocada pela forte retração da atividade econômica", explica o presidente do Cofecon, Júlio Miragaya.

"O câmbio sobrevalorizado levou ao desmonte e sucateamento da indústria brasileira, o setor estratégico e dinâmico de qualquer economia. Ela precisa contar com um cenário que lhe dê confiança para voltar a investir, com tempo e financiamento para se recuperar e se reestruturar, o que não se faz de um dia para o outro.

Sem confiança, os investimentos não se materializam", avalia Fabrício. "É preciso haver confiança para que o investidor saiba que não encontrará situações inesperadas, como uma nova CPMF a cada ano", completa Sanson.

Outro fator que ajuda a explicar o superávit comercial está nos produtos básicos, responsáveis por mais de US$ 87 bilhões em exportações em 2015 e menos de US$ 20 bilhões em importações, gerando um saldo superior a US$ 67 bilhões. Nos produtos semimanufaturados também houve um superávit de quase US$ 20 bilhões. É nos produtos manufaturados, no entanto, que o saldo comercial apresenta um déficit expressivo: o país exportou US$ 72,79 bilhões em 2015 e importou quase o dobro: US$ 144,72 bilhões. O dado é um termômetro da defasagem tecnológica do Brasil e do processo de desindustrialização em curso – algo já debatido na revista Economistas desde 2011.

"A indústria é importante para sair da crise, mas tenho dúvidas sobre como isso poderia acontecer na situação de desfalecimento da demanda interna e externa, com o país se defrontando com vários problemas estruturais. Penso ser necessário, para tanto, restaurar a confiança na política econômica e no Estado para que os investimentos retornem e a indústria prossiga em recuperação", afirma Oliveira.

E que problemas estruturais são estes mencionados pelo economista? Ele mesmo responde: "É indispensável que o Estado resolva o problema fiscal e recupere sua capacidade de financiamento para realizar investimentos públicos, removendo gargalos estruturais da economia de forma a reduzir o custo-Brasil, e para investir, em parceria com o setor privado, em pesquisas científicas e de inovação tecnológica, além de capacitar-se a ter condições de implementar políticas macroeconômicas mais consistentes para, ao invés de prejudicar, favorecer a indústria. É preciso mudar a natureza do ajuste que vem sendo realizado, de conteúdo profundamente recessivo e destruidor das bases da arrecadação, e priorizar a redução do custo financeiro da dívida, melhorando as expectativas dos investidores sobre a sua capacidade de solvência".

Troster concorda: "O país precisa começar a mudar a política econômica, deixar de lado aquilo que fracassou. Se for mudada a política econômica, imediatamente o país começa a atrair investimentos de volta, tanto internos quanto externos".

Se do lado da oferta a recuperação da confiança é fundamental para que aconteçam novos investimentos, do lado da demanda o doutor em Economia pela Unicamp sugere como solução algo que o Cofecon vem defendendo em suas notas oficiais: uma reforma tributária que incida mais sobre a renda e o patrimônio e menos sobre a produção e o consumo, aumentando a tributação direta e reduzindo a tributação indireta. "Com isso, reduz-se a carga tributária sobre as camadas de renda mais baixa, que têm maior propensão ao consumo, fortalecendo a demanda e irradiando ventos mais favoráveis para os investimentos e a indústria", finaliza Fabrício.

DESEMPREGO DEVERÁ AUMENTAR EM 2016

Por Natália Kenupp

O número de pessoas desempregadas em todo o mundo alcançou a marca de 197,1 milhões em 2015. O número foi estimado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e está no relatório World Employment and Social Outlook – Trends 2016, divulgado em janeiro deste ano. A previsão é de que o contingente aumente em cerca de 2,3 milhões de pessoas em 2016 e 1,1 milhão em 2017.

No trimestre setembro/novembro de 2015, a população desocupada no Brasil alcançou 9,1 milhões, com crescimento de 3,7% (mais 323 mil pessoas) em relação ao trimestre de junho/agosto. Se compararmos com o mesmo período de 2014, a alta é de 41,5%, ou seja, em um ano mais 2,7 milhões de pessoas engrossaram a fila do desemprego. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife a média de desemprego ficou em 6,8% no ano de 2015, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, também realizada pelo IBGE. A população desocupada foi estimada em 1,7 milhão nessas metrópoles, índice 42,5% superior ao de 2014, que foi de 1,2 milhão de pessoas.

O economista e membro da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia Fábio José Ferreira da Silva explica que os altos índices de desemprego refletem a crise econômica pela qual passa o Brasil. No entanto, o mercado de trabalho tende a se ajustar de forma mais lenta que a atividade econômica em geral. "Acredito que, neste ano, a atividade econômica cairá a taxas menores do que em 2015. Ainda teremos PIB negativo e isso refletirá no emprego, tendo em vista uma queda da população ocupada nos últimos dados e composição do emprego mais desfavorável, demissões de trabalhadores com carteira assinada e aumento do trabalho por conta própria", observa.

Silva considera 2016 um ano de demissões e aumento do desemprego. "Veremos uma melhora apenas a partir de 2017, quando a taxa de desemprego deverá se estabilizar ou começar a cair", prevê. Na opinião do economista, o indicador deve alcançar 12% neste ano. Essa é também a opinião do economista João Sabóia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Não há nenhuma razão para que haja mudança no sentido de melhora, porque a expectativa para o PIB é de que haja uma repetição do ano passado, com retração de 3%. Portanto o mercado de trabalho vai continuar sofrendo".

Os setores exportadores podem contribuir para que os indicadores de trabalho não tenham uma piora tão acentuada e que comece a haver certa recuperação

A Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE, mostrou que houve retração do setor em 3,6% em 2015, o que impacta diretamente no resultado das Contas Nacionais, uma vez que esse setor representa 61% do PIB. "É o setor que vinha gerando mais empregos, só tivemos novas vagas em serviços, as outras áreas já não contratavam. Apenas no ano passado o Brasil perdeu 1,5 milhão de empregos com carteira assinada", lembra Sabóia. Ele destaca que, aliada ao aumento do desemprego, há também a redução do rendimento médio pessoal, na medida em que a inflação reduz o salário dos trabalhadores, o que agrava ainda mais a situação das famílias.

Para especialistas, a chave para a resolução do problema está na superação da crise política. "A indecisão no fronte político e o cenário incerto da economia refletem no comportamento dos agentes: com medo, os consumidores tentam segurar os gastos e os empresários freiam os investimentos. Seria importante que as expectativas possam voltar para uma fase mais otimista, quando ambos os agentes vislumbrem um horizonte mais definido, o que melhoraria a macroeconomia e puxaria o mercado de trabalho a reboque", defende o economista Carlos Henrique Leite Corseuil, diretor-adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De acordo com a Pnad/IBGE, no comparativo dos terceiros trimestres de 2014 e 2015, houve redução de 3,2% no número de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada, o que corresponde a cerca de 1,2 milhão de pessoas. "A redução das contratações foi tamanha que está afetando a taxa de ocupação. Como os empregadores não têm confiança, estão reduzindo as contratações", explica Fábio Silva.

O emprego na indústria fechou o ano de 2015 com queda de 6,2%, o maior índice desde o início da série história da Pesquisa Mensal de Emprego, em 2002. Assim como a construção civil, esta é apontada por especialistas como uma das áreas mais afetadas pela crise econômica. No entanto, a desvalorização do Real é apontada como favorável a esses setores, principalmente à indústria. "A tendência é que isso dê fôlego ao setor e que até o fim deste ano ajude a pelo menos reverter a sequência de retrações que tivemos nos últimos trimestres", aponta Silva. Corseuil acredita que a desvalorização da moeda também é positiva para negócios internacionais. "Abre oportunidade para o Brasil exportar mais. Os setores exportadores podem tirar proveito e contribuir para que os indicadores de trabalho não tenham uma piora tão acentuada e que comece a haver certa recuperação", acredita o diretor do IPEA.

EMPREENDEDORISMO POR OPÇÃO OU NECESSIDADE?

Com a crise no mercado de trabalho e redução dos empregos formais, muitos brasileiros têm recorrido ao trabalho por conta própria ou à abertura de pequenos negócios. Nas regiões metropolitanas avaliadas pela Pesquisa Mensal de Emprego, a proporção de pessoas que trabalham por conta própria entre o total de ocupados aumentou de 17,9% em janeiro de 2013 para 19,8% em novembro de 2015. Os cálculos são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). "Aqui vale ressaltar que não é o empreendedorismo positivo, mas uma alternativa que as pessoas encontraram visto que perderam o vínculo formal. Não é por opção, como quando um empreendedor percebe o crescimento de demanda por um determinado produto ou serviço e resolve investir", aponta Fábio Silva.

"Junto ao desemprego, a informalidade vem crescendo nos últimos meses, mas ainda é menor que o desemprego. Ela é puxada pelo trabalhador de conta própria, sem carteira assinada", revela Carlos Henrique Leite Corseuil. Segundo o diretor, há um fator que pode separar empreendedorismo por opção e por necessidade: a contribuição para a Previdência Social. "O trabalhador que empreendeu por falta de oportunidade ou estratégia de sobrevivência, sem muitas chances de prosperar, geralmente não contribui porque o valor faz diferença no fim do mês. Já o que tem perfil empreendedor percebe a importância da contribuição", afirma. De acordo com o diretor do IPEA, tem crescido o número dos que contribuem, o que considera positivo.

Corseuil também observa o movimento contrário, de profissionais qualificados que têm optado por migrar para uma ocupação por conta própria. "Geralmente não são tão jovens, já têm bastante experiência no mercado, têm perfil mais empreendedor e têm chances de prosperar. Eventualmente quando o mercado de trabalho voltar a aquecer e retomar a trajetória de melhora, eles podem permanecer empresários e aproveitar essa retomada de crescimento".

O DRAMA DOS JOVENS

Assim como as mulheres, os jovens são os mais afetados pelo desaquecimento do mercado de trabalho. Em 2015, a queda do total de ocupados da população de 18 a 24 anos alcançou 8,1%, bastante superior à retração de 1,6% do total de ocupados no País.

O economista Fábio Silva explica que houve uma reversão em relação ao período de 2003 a 2014, quando a taxa de desemprego saiu de 12,3% e chegou ao mínimo já registrado, 4,8%. "Em um curto espaço de tempo tem crescido muito rapidamente. O que levou 10 anos para baixar foi parcialmente revertido em poucos meses, a deterioração tem ocorrido de forma muito rápida. Os jovens se beneficiaram muito desse período e agora estão encontrando a crise pela primeira vez", comenta. De acordo com Silva, o ajuste no mercado formal está vindo principalmente via redução das contratações, o que impacta justamente o jovem que está tentando entrar no mercado de trabalho. "Para quem já está trabalhando não piorou tanto. A porta de entrada que fechou. Esse tipo de ajuste prejudica quem está querendo se apresentar ao mercado de trabalho, e que certamente está sofrendo dificuldades".

"Os jovens enfrentam dois problemas: estão chegando em um momento desfavorável e, além disso, os que já estão empregados, por terem menos experiência, podem ser os primeiros a serem demitidos nos casos de redução do quadro de funcionários", comenta Sabóia. Para o professor da UFRJ, o momento seria oportuno para investir em cursos, mas reconhece que a realidade da maioria dos jovens é bem diferente, pois precisam trabalhar para ajudar na renda familiar.

Para Corseuil, os jovens já sofriam uma barreira no mercado pela pouca experiência, o que considera quase intransponível devido à crise atual e com efeitos sistemáticos. "Quando o jovem inicia a fase profissional com um longo período de desemprego, isso compromete toda a trajetória profissional para o resto da vida. É importante reverter esse quadro o mais rápido possível para que possam ingressar no mercado de trabalho pela melhor via, que é a formal, para que o futuro deles não seja danificado", afirma.

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Por questões sazonais, a tendência é de que o emprego melhore no segundo semestre. A opinião é do professor Sabóia. Ele defende que se o resultado for favorável no fim deste ano, será menos por recuperação da economia e mais pelo comportamento sazonal do mercado de trabalho no período. "Se analisarmos a economia nos últimos anos, notamos que em geral o terceiro trimestre apresenta o nível de atividade mais alto, não só pelo Natal que gera muitos empregos temporários no comércio. O desempenho positivo no terceiro trimestre é padrão na economia de produção que costuma ter, ano após ano, produção agrícola mais concentrada nesse período e encomendas associadas ao Natal, por exemplo. O fato é que tem esse caráter e repercute no mercado de trabalho", explica. Para Sabóia, é uma melhora mais sazonal que estrutural. "Não tenho convicção, mas acredito que a recuperação virá em 2018, até porque é um ano eleitoral e será feito um esforço muito grande para a economia sair do buraco", conclui.

RISCOS E POTENCIALIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA*

Por Antônio Corrêa de Lacerda**

Há questões estruturais e conjunturais a serem consideradas para a discussão do nosso futuro. A retomada do desenvolvimento, que perpassa a ambos, se apresenta como um dos grandes desafios para a sociedade brasileira neste início do Século XXI. Depois de um período de expansão da renda e diminuição da desigualdade na primeira década deste século, fortemente influenciada pelo desempenho da economia mundial e da elevação dos preços das commodities, nos vemos novamente diante da recessão e seus reflexos.

A expansão da renda média dos brasileiros, genericamente definida pelo PIB per capita, é um dos indicadores relevantes para a medição da qualidade de vida. Há, no entanto, um outro desafio crucial, no nosso caso, que é a diminuição da desigualdade e melhora da distribuição de renda. Como pré-requisito, portanto, a questão é garantir o crescimento do PIB per capita real, o que somente ocorre na medida em que o crescimento da economia seja maior que o crescimento populacional. Esse indicador, que cresceu 2,8% ao ano, na média de 2003 a 2010, caiu para 1,2% a.a., no período 2011-2014, deverá retroceder cerca de 4,5% o ano em 2015 e 2016, considerando-se os impactos da recessão que vivenciamos e as projeções de desempenho do crescimento populacional.

Mantendo um crescendo médio de 2,8% a.a., como de 2003 a 2010, o PIB per capita brasileiro dobraria a cada 26 anos, o que nos aproximaria dos níveis atuais de países mais desenvolvidos. Do contrário, crescendo apenas 1,2% a.a., como de 2011 a 2014, dobrá-lo demandaria 59 anos. A situação conjuntural é ainda mais grave, com a queda no PIB per capita.

*Uma versão reduzida e preliminar deste artigo foi publicado no Jornal dos Economistas do Corecon-RJ, edição n. 318, de Janeiro de 2016.

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

**professor-doutor da PUCSP, onde coordena o Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política, é doutor pelo IE/Unicamp, foi presidente do Cofecon e do Corecon-SP e publicou, entre outros livros, Economia Brasileira (Saraiva). Site www.aclacerda.com

O desempenho 2003-2010 somente foi possível mediante condições internacionais extremamente favoráveis, como o crescimento chinês próximo de 10% ao ano, o que proporcionou que os preços das commodities quase dobrassem no período. Isso garantiu renda ao Brasil favorecendo o crescimento do PIB, da renda e do emprego. Porém, o quadro internacional atual é desfavorável e o cenário doméstico contempla os impactos negativos da "operação Lava-Jato", as políticas monetária e fiscal restritivas, causando a deterioração nas expectativas dos agentes econômicos, além dos efeitos da crise política.

Além disso, vários dos instrumentos que foram utilizados para incentivar o mercado doméstico, sobretudo após a eclosão da crise de 2008, encontram-se esgotados ou limitados (expansão dos gastos públicos, financiamento via bancos públicos, crédito ao consumidor, etc...). A oportunidade de expansão, portanto, se dará via maiores investimentos em infraestrutura, fator sabidamente possuidor de enorme demanda reprimida, além de crescimento das exportações, em especial aquelas de maior valor agregado. A retomada da expansão do mercado doméstico requer uma outra estrutura de oferta de crédito, por exemplo, com taxas de juros mais favoráveis, o que ainda está longe de ocorrer.

Ademais, deve-se considerar que o Brasil hoje tem um crescimento populacional médio de 0,8% a.a., bem abaixo dos 3% da década de 1960/70. Ou seja, a taxa de crescimento populacional vem apresentando e deverá continuar registrando uma tendência de queda. Logo, em tese, o crescimento do PIB necessário é menor para elevar o per capita. Portanto, sob um outro ponto de vista, no futuro próximo o crescimento populacional deverá ter um menor impacto potencial no crescimento do mercado, portanto do nível de atividades. Ou seja, será preciso crescer e produzir mais, sem o acréscimo da população, portanto, com maior produtividade.

Vejo a desvalorização do Real como oportunidade para fortalecer a produção doméstica e exportações

Ressalte-se que, como já apontado, o indicador do PIB per capita é uma medida limitada e não adequada para medir grau de concentração e de desigualdade renda da população. Como é uma média, resultado da relação entre o PIB e a população, o PIB per capita pode crescer mesmo com uma maior concentração de renda e, assim, elevar o grau de desigualdade. Portanto, não basta apenas elevar o PIB per capita em termos reais. É preciso atrelar esse aumento a avanços sociais, como, por exemplo, uma melhora da distribuição de renda e a uma queda dos níveis de pobreza.

Daí a importância de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que contemple políticas de Estado. A estrutura da economia brasileira não pode abrir mão da reindustrialização como fator de desenvolvimento. Não se trata de incentivá-la em detrimento dos demais macrossetores, o complexo agromineral e os serviços, mas de intensificar a integração entre os três, aproveitando e agregando sinergias.

Como fator de estimulo e experiência vale lembrar que historicamente os grandes saltos na nossa economia ocorreram como respostas às crises. Na década de 1930 foi que demos o inicio à industrialização, dada a debacle do café. Na década de 1980 o desafio foi responder à elevação dos preços do petróleo e dos juros no mercado internacional; nos anos 1990, à abertura comercial e financeira em tempos de globalização, necessidade de modernizar o Estado, e à estabilização dos preços.

Experiência, portanto, não nos falta. O problema é que quando aprendemos as respostas, mudam as questões e estamos diante de novos desafios, complexos, mas não insolúveis. Se não há alternativas indolores e fáceis, por outro lado, não há porque ficar refém de paradigmas que já se mostraram insuficientes para fazer frente ao novo. Vamos ter que ter coragem e determinação para mudar convicções, mesmo que isso desagrade ao senso comum.

O real mais próximo de R$ 4 por US$ é mais realista do que o nível de um ou dois anos atrás. Vejo a desvalorização do real como oportunidade para fortalecer a produção doméstica e exportações. Mas, é preciso que fique claro para os decisores de investimentos, na produção voltada para o mercado interno, que concorre com os importados e para exportação.

Além disso, as decisões na área produtiva tem um timing mais lento do que no setor financeiro, o qual geralmente se aperta uma tecla e muda-se de posição de aplicações. Câmbio é uma condição necessária, porém insuficiente quando se tem um quadro como agora: baixa expectativa de demanda, juros estratosféricos e politicas industriais instáveis. O ambiente não favorece a produção, mas as aplicações financeiras.

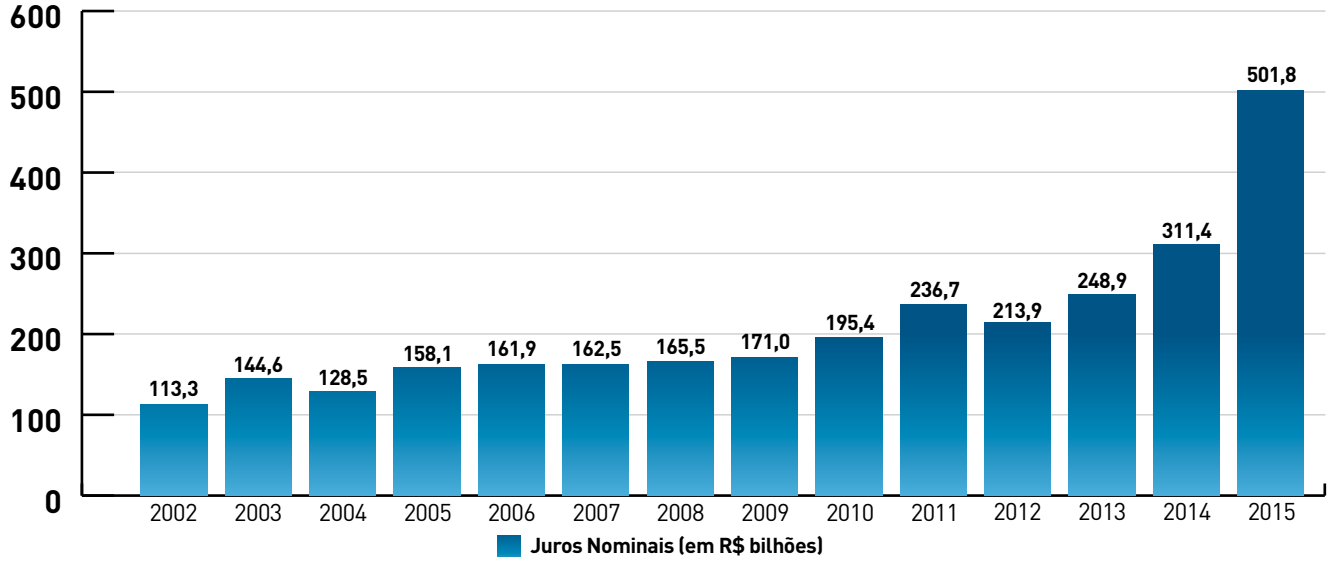
No curto prazo há o ônus da elevação da inflação, pelo encarecimento dos produtos importados, assim como uma maior incerteza para os decisores, que não se sentem seguros para definir o nível da moeda. A volatilidade exacerba a incerteza, provocando adiamento de investimentos e outras iniciativas. No médio e longo prazos a desvalorização da nossa moeda ampliará a competitividade da produção brasileira, isso, tanto no que se refere à concorrência com os produtos importados, quanto para a exportação, especialmente para produtos de maior valor agregado.

O câmbio por si só não representa a solução para os nossos problemas de competitividade, mas, sem uma moeda competitiva ema padrões internacionais, não é possível preservar e avançar na (re)industrialização. É esta a oportunidade que se apresenta para a economia brasileira, mas isso não será imediato, nem virá automaticamente. É preciso que a moeda se desvalorize em termos reais, comparativamente às moedas dos países com os quais competimos domestica e internacionalmente. Também é preciso levar em conta que o longo período de apreciação do real desarticulou cadeias produtivas locais, substituídas pelas importações, assim como diminuiu o espaço de participação no mercado exterior. Reverter essa tendência não será tarefa rápida, tampouco fácil, mas é preciso perseverar no ajuste e nas condições de competitividade da economia. Ou seja, não vale a pena sucumbir ao apelo fácil de uma revalorização do real e impedir a transformação potencial.

A elevada taxa de juros básica (Selic) não se justifica. Primeiro porque a inflação de 2015 é tópica, decorrente da correção de preços administrados (basicamente, combustíveis, tarifas de transporte e energia) e da desvalorização do real. Portanto é uma inflação de custos, e não de demanda, que justificasse uma elevação de juros. Segundo, todas as projeções de inflação, inclusive do mercado financeiro apontam para uma inflação de cerca de 7% para 2016. Isso aponta para um juro real (Selic – inflação projetada) da ordem de 7% ao ano (!), para juros reais abaixo de zero, ou muito baixos em muitos países

Uma das consequências das elevadas taxas de juros praticadas é o custo da rolagem da dívida pública, que em 2015 chegou a 9% do PIB, algo próximo de R$ 500 bilhões no ano !. (Gráfico 1)

GRÁFICO 1 - DESPESAS ANUAIS COM PAGAMENTOS DE JUROS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA



Fonte: Ministério da Fazenda, elaboração MacroSector | www.macrosector.com.br

JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

De fato é preciso baixar os juros. Para que isso seja bem sucedido e sustentável é preciso mudar algumas questões econômicas, como rever o regime de metas de inflação, desindexar a economia, mudar a estrutura dos títulos da divida pública, mas também culturais. Tornamo-nos uma sociedade de rentistas. Mesmo os que não são rentistas, pensam e agem como tal, o que cria uma resistência à redução dos juros.

Da forma como algumas criticas são dirigidas às decisões do BCB sobre política monetária, dá a impressão que, entre nós, a autoridade monetária só demonstra autonomia quando eleva a taxa de juros. Coerência não significa necessariamente agir sempre da mesma forma, mas de acordo com as circunstancias. "Quando a realidade muda, minhas convicções também mudam", respondeu Keynes a um interlocutor quando questionado porque havia mudado de posição sobre determinado assunto.

O fato é que a recessão profunda vivenciada pela economia advinda, não apenas de questões domésticas (questão fiscal, efeitos da operação Lava Jato e outras), mas também internacionais. A forte desaceleração da economia chinesa, aliada ao ritmo ainda modesto de desempenho da economia norteamericana e baixo crescimento da Europa, tem gerado excedente de produção decorrente do desequilíbrio entre oferta e demanda, derrubando os preços dos produtos exportáveis pelo Brasil. Isso tem tido impacto não apenas na balança comercial brasileira, mas na capacidade de geração de renda e, portanto, investimentos de grandes companhias como Vale e Petrobras, ambas também envoltas com outros desafios, o rompimento da barragem de Mariana, no primeiro caso e os impactos da Operação Lava Jato, no segundo.

Portanto, o fato que o Brasil enfrenta séria crise. Nos últimos doze meses, o PIB deve ter caído algo próximo de 4%, sendo que o investimento mais de 15% ! Mais de 1,5 milhão de empregos líquidos foram destruídos no ano pasado. Mais grave ainda, não há nenhuma sinalização que esse quadro possa mudar substancialmente em 2016, pois nem investimento, tampouco consumo têm condições de reagir pelas condições advindas do cenário internacional e doméstico..

Ou seja, cautela para a politica monetária seria o mínimo a ser exigido dos formuladores de politica econômica. Ainda mais levando-se em conta que a inflação depois de atingir quase 11% no acumulado de 2015 denota claros sinais de desaceleração.

Há ainda um agravante que a taxa de juros tem um poder muito pequeno de influenciar a inflação brasileira atual, que não é decorrente de pressões de demanda, mas sim motivada pela correção de preços administrados (energia, transportes públicos e combustíveis) e a desvalorização do real.

Há trinta anos evoluímos na democracia, mas perdemos a capacidade de como Nação elaborarmos e viabilizarmos um Projeto Nacional. Nossa jovem democracia precisa ser preservada e aperfeiçoada

Alguém poderia questionar, em parte com razão, se não estaria faltando uma colaboração maior da política fiscal para ancorar as expectativas. Mas aqui também há que se lembrar que juros elevados derrubam ainda mais a atividade econômica afetando negativamente a arrecadação de tributos. Ou seja, mais juros no caso, complicam a questão fiscal não apenas no âmbito primário, pelo efeito já enunciado, mas também nominal, já que eleva o custo de financiamento da dívida, gerando mais déficit nominal, que por sua vez, aumenta a dívida pública que atingiu R$ 2,793 trilhões.

Está correto o BCB em ser cauteloso e evitar ter elevado a taxa de juros no início deste ano, dada a complexidade do quadro atual. Na verdade, uma discussão mais pertinente é de quando se iniciará o ciclo de redução das taxa de juros. Mais do que ceder às eventuais pressões do governo, como foi ventilado, é preciso que a política monetária seja autônoma relativamente às pressões para elevação, ou manutenção dos juros vindas daqueles que se beneficiam da decisão, em detrimento dos demais.

Para além da conjuntura, há uma questão mais estrutural, nas palavras do mestre Celso Furtado, vivemos, sob este ponto de vista, uma "construção interrompida" (Título do seu livro de 1992, Brasil a Construção Interrompida). Ou seja, há trinta anos evoluímos na democracia, mas perdemos a capacidade de como Nação elaborarmos e viabilizarmos um Projeto Nacional. Nossa jovem democracia precisa ser preservada e aperfeiçoada. É preciso que as forças vivas da Nação concentrem sua energia na reconstrução e implementação de um Projeto, visando ao desenvolvimento. Não basta a agenda de curto prazo, muito disseminada por analistas do mercado financeiro e seus simpatizantes, mas medidas mais perenes, políticas de Estado, sem as quais o desejado desenvolvimento não se viabilizará.

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS

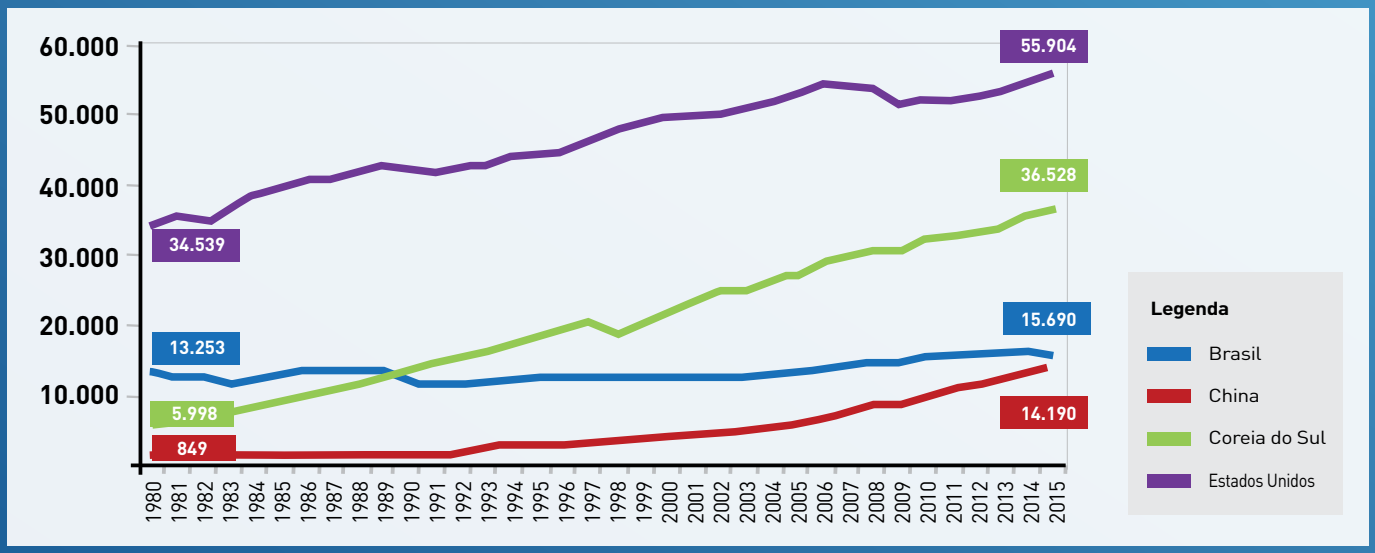
Por Felipe Salto[1]

O Brasil vive um dos piores momentos de sua história. A depressão econômica anda de mãos dadas com a crise de gestão e de liderança política. Nosso país ainda possui renda per capita relativamente baixa. Reverter essa dinâmica é essencial se quisermos expandir os direitos sociais, o bem-estar econômico e a igualdade de oportunidades. Isso requer crescimento elevado e sustentável por longos anos.

O chamado modelo de crescimento com poupança externa se esgotou. O país está pagando caro por não possuir uma estratégia nacional de desenvolvimento moderna, à altura dos desafios postos pelo cenário externo. A atual composição de política econômica não é suficiente para nos recolocar na rota do progresso.

O Brasil possui um PIB por habitante, em dólares, em paridade do poder de compra – a preços de 2015 – equivalente a uma fração da renda da Coréia. O quadro era muito distinto há trinta anos (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PIB PER CAPITA EM PARIDADE DO PODER DE COMPRA (EM DÓLARES DE 2015)



Fonte: FMI. Elaboração própria.

FELIPE SALTO

1. Economista pela FGV/EESP, onde ministra aulas de macroeconomia brasileira nos Cursos Master. Atualmente, é assessor econômico no Senado Federal.

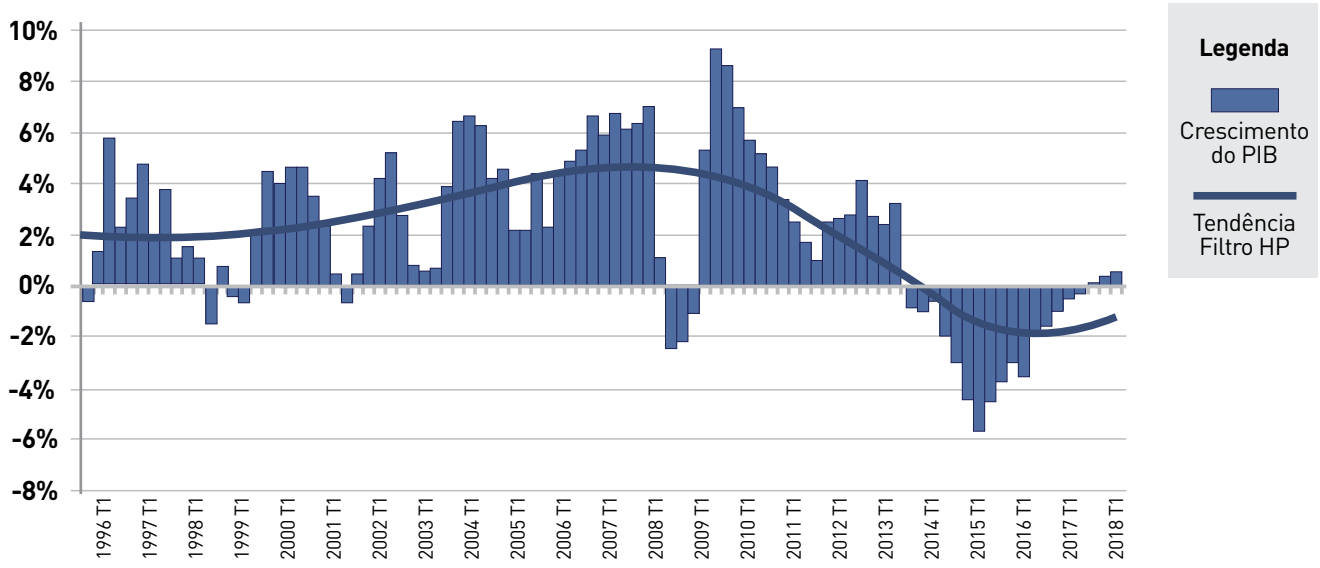
A construção de saídas para a crise só será viabilizada quando um novo caminho for pavimentado no campo político. Não há espaço para formulação e execução de um programa econômico sólido sem que se dissolva o imbróglio político.

Em 2016, vamos assistir a uma continuação da deterioração do emprego e da renda, que deverá se estender ainda pelo ano de 2017. A depressão é séria. Basta observar o PIB potencial e compará-lo ao PIB efetivamente observado. O chamado hiato do produto está em -4,2%! O reaquecimento da atividade econômica demorará muito a acontecer. A análise da série de variação real do PIB trimestral mostra que a desaceleração da economia não é um fenômeno recente.

Desde o pós-crise de 2008, o Brasil iniciou um processo de desaceleração do PIB, marcado pelos efeitos da alta dos preços das commodities e pela forte entrada de recursos via conta capital do balanço de pagamentos (gráficos 2 e 3).

GRÁFICO 2 - PIB TRIMESTRAL (VARIAÇÃO % REAL) E PIB POTENCIAL

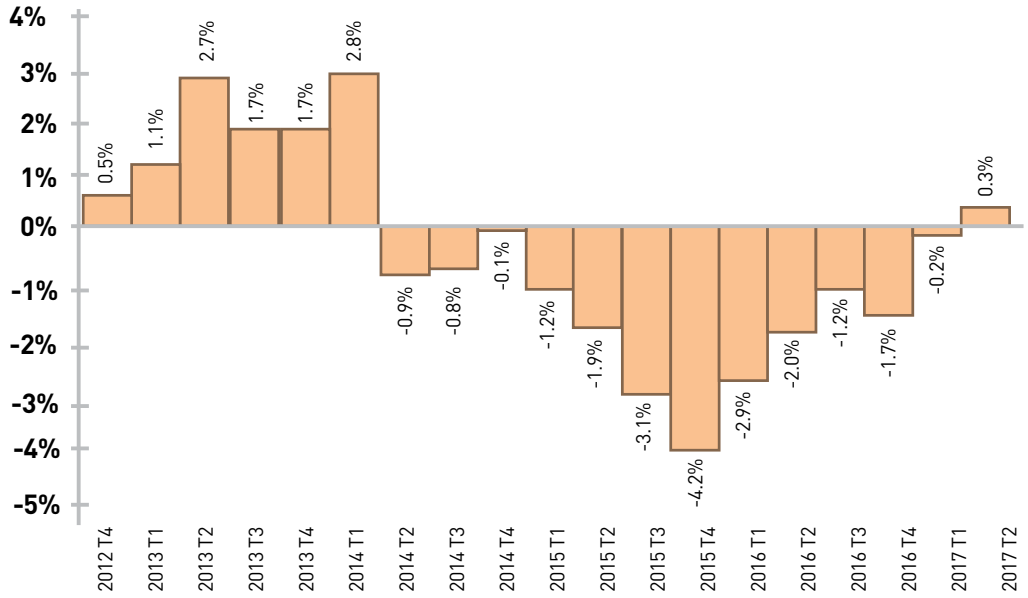
(TENDÊNCIA DE LONGO PRAZO MEDIDA PELO MÉTODO DO FILTRO HODRICK-PRESCOTT)



Fonte: IpeaData. Elaboração própria.

GRÁFICO 3 - HIATO DO PRODUTO

(DIFERENÇA ENTRE O PIB EFETIVAMENTE OBSERVADO E O PIB POTENCIAL)



Fonte: IpeaData. Elaboração própria.

Só haverá possibilidade de retomada do dinamismo da atividade econômica quando o reequilíbrio fiscal for abraçado como prioridade zero da agenda de governo. Sem poupança externa para sustentar a renda e o consumo internos, o país terá de crescer pelas próprias pernas.

Não será fácil. No rumo atual, o cenário prospectivo é muito preocupante.

A queda do PIB esperada para o período 2015 a 2017 é de 8,6% em termos reais. A massa de salários, em termos reais, deverá despencar mais de 13% no acumulado do triênio. A dinâmica do mercado de trabalho aponta uma destruição de vagas que poderá totalizar, liquidamente, mais de 5,5 milhões de baixas. A queda do investimento deve aproximar-se de 24%, no mesmo período, e a indústria despencará mais de 15%.

O reequilíbrio dos preços relativos, através do câmbio, no entanto, não é suficiente para impulsionar o crescimento

A questão central é que o modelo de crescimento com taxa de câmbio excessivamente apreciada e preços de commodities nas alturas não é, para valer, uma estratégia programada, algo pensado e executado pelo governo. O Brasil literalmente surfou a onda externa, mas não aproveitou esse excesso brutal de liquidez para turbinar os investimentos. Estimulou, sem dó nem piedade, o consumo exagerado e o endividamento preocupante das famílias.

O que a sociedade precisa compreender é a excepcionalidade desse período tão favorável pelo qual passou a economia mundial entre 2003 e 2011.

Alguns números ilustram esse ponto. Os preços das commodities avançaram 71% entre janeiro de 2003 e março de 2011. Já entre março de 2011 e fevereiro de 2016, a queda observada foi de 55%. Para os mesmos períodos, respectivamente, se considerarmos a média de preços das commodities excluindo-se os preços do petróleo, a alta foi de 130% e a queda, de 35%.

É preciso ter claro: o mundo com preços de matérias-primas extraordinariamente altos não existe mais. O crescimento, agora, dependerá dos nossos próprios esforços, da nossa capacidade de criar as condições econômicas e políticas para expandir os investimentos e a produção. Isso passa por reindustrializar o país e capacitá-lo a exportar produtos com maior valor agregado.

Não há país desenvolvido que não tenha passado por um importante período de indústria forte, agregadora de tecnologia e geradora de emprego e renda.

A indústria brasileira precisa integrar-se às cadeias globais de valor e o governo deve ampliar rapidamente os acordos comerciais, trabalhando para manter a taxa de câmbio em nível suficientemente desvalorizado. Isso é essencial para devolver competitividade ao produtor nacional. Economistas de várias escolas e de diferentes formações defendem a recuperação da capacidade produtiva do país.

A respeito do tema, vale a pena ler o *Texto para Discussão (TD) nº 27*, da Casa das Garças, de autoria do economista Edmar Bacha: "Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial"[2]. Bacha propõe um modelo macroeconômico em que a abertura comercial deve ser ampliada, mas com substituição de proteção tarifária por câmbio, isto é, com desvalorização do real compensando a retirada de tarifas de importação.

O reequilíbrio dos preços relativos, através do câmbio, no entanto, não é suficiente para impulsionar o crescimento. Os juros reais têm de cair, reduzindo o impeditivo custo de oportunidade embutido na decisão de investimento em novos projetos que ainda vigora no país.

É consenso que isso só será possível restabelecendo o mínimo de previsibilidade e confiança na economia brasileira. Por isso, a prioridade das prioridades é o ajuste fiscal. Não há como continuar a sustentar um déficit de 10,5% do PIB (considerando aqui o pagamento de juros).

2. Veja o artigo na íntegra através deste endereço – http://iepecdg.com.br/uploads/texto/130912BACHAFNAC.pdf

A trajetória da dívida derivada desse padrão de resultado fiscal é explosiva e os agentes econômicos antecipam esse quadro, precificando juros cada vez maiores para financiar novos incrementos de dívida. Isso só muda com um choque importante no lado fiscal, nos gastos públicos, que passa por revisar todos os contratos da administração pública, combatendo o enorme sobrepreço observado nos serviços e bens comprados pelo setor público (incluindo União, Estados e Municípios).

Uma forma de medir o poder do Estado é observar sua capacidade de financiar mais e melhores políticas públicas. Um governo com contas públicas desajustadas é um governo sem força. Sem arrecadação e sem capacidade para se endividar a custos razoáveis, o governo fica extremamente fragilizado.

Ao contrário do que se imagina, a atual crise econômica e política não requer menos Estado, mas, sim, um Estado mais forte e menos obeso, que seja capaz de ampliar as concessões, estimular o investimento privado e regular bem o mercado.

Na presença de um Estado fraco e de líderes sem legitimidade, as expectativas mantêm-se negativas, a sociedade não vê perspectiva de melhora e, por isso, reduz o consumo. As empresas aumentam ainda mais a aversão ao risco e ficam paradas, mesmo que o governo expanda o crédito subsidiado via bancos públicos ou amplie as desonerações tributárias para setores selecionados. Não há investimentos, portanto, nesse cenário turvo e incerto.

O ajuste fiscal é a chave para retomar o crescimento. Não é que o corte de despesas seja o gatilho para o desenvolvimento, mas sem ele não retomaremos um nível mínimo de credibilidade para destravar as áreas essenciais ao crescimento. Em um cenário de dominância fiscal, a única variável que obedecerá ao comando dos tomadores de decisão é o resultado fiscal.

A origem do desajuste das finanças é a combinação de mal planejamento à redução das taxas de crescimento e, agora, à depressão que se configura pelos resultados de 2015 e pelas previsões para o PIB de 2016 e 2017. Se um país não cresce, o Estado não arrecada. Como a despesa tem um alto grau de rigidez, as contas naturalmente pioram.

Além disso, os gastos que poderiam ser alterados – reajustes salariais e contratações, para mencionar dois pontos relevantes – não têm sido alvo dos programas de ajuste do atual governo. Anunciam-se contingenciamentos orçamentários que, a partir de contas infladas, acabam se transformando nos conhecidos "cortes de vento". Mais do mesmo, quando o mínimo que o mercado espera é algo novo.

A murcha do crescimento combinada com níveis elevados de inflação e forte aumento da dívida bruta – derivado da piora dos resultados fiscais – derruba as expectativas. Nada demoverá os agentes econômicos dessa posição negativa quanto ao futuro da economia nacional. Todos os vetores geradores desse quadro seguem descendo a ladeira. A única saída, pelo lado das contas públicas, está sendo inviabilizada pela inépcia do governo.

O condão para legitimar um programa econômico novo pertence ao mundo da política. Este é o âmbito que tem o poder de manter tudo como está ou de acender uma luz no fim do túnel, apontando um novo horizonte a médio e a longo prazo. Só algo desse gênero poderia abrir espaço a uma melhora nas expectativas e, assim, dar fôlego ao governo para adotar as necessárias medidas de ajuste.

O Brasil tem um desafio não superado desde a estabilização, conquistada pelo Plano Real: crescer de maneira perene

A adoção de políticas econômicas equivocadas, na era petista, explica a derrocada do consumo, da renda e do emprego que observamos hoje. Enquanto o boom dos preços de commodities vigorou, a política econômica moldou-se para direcionar os frutos dessa bonança externa para propugnar o consumo e o crédito domésticos.

Mas esse processo era insustentável, como muitos analistas se cansaram de denunciar (sendo qualificados como "pessimistas" pelos dirigentes do governo). Mesmo sabendo disso, o governo pisou no acelerador: estimulou o gasto das famílias, ampliou a própria despesa pública e contratou volumes importantes de dívida pública nova (gráfico 4).

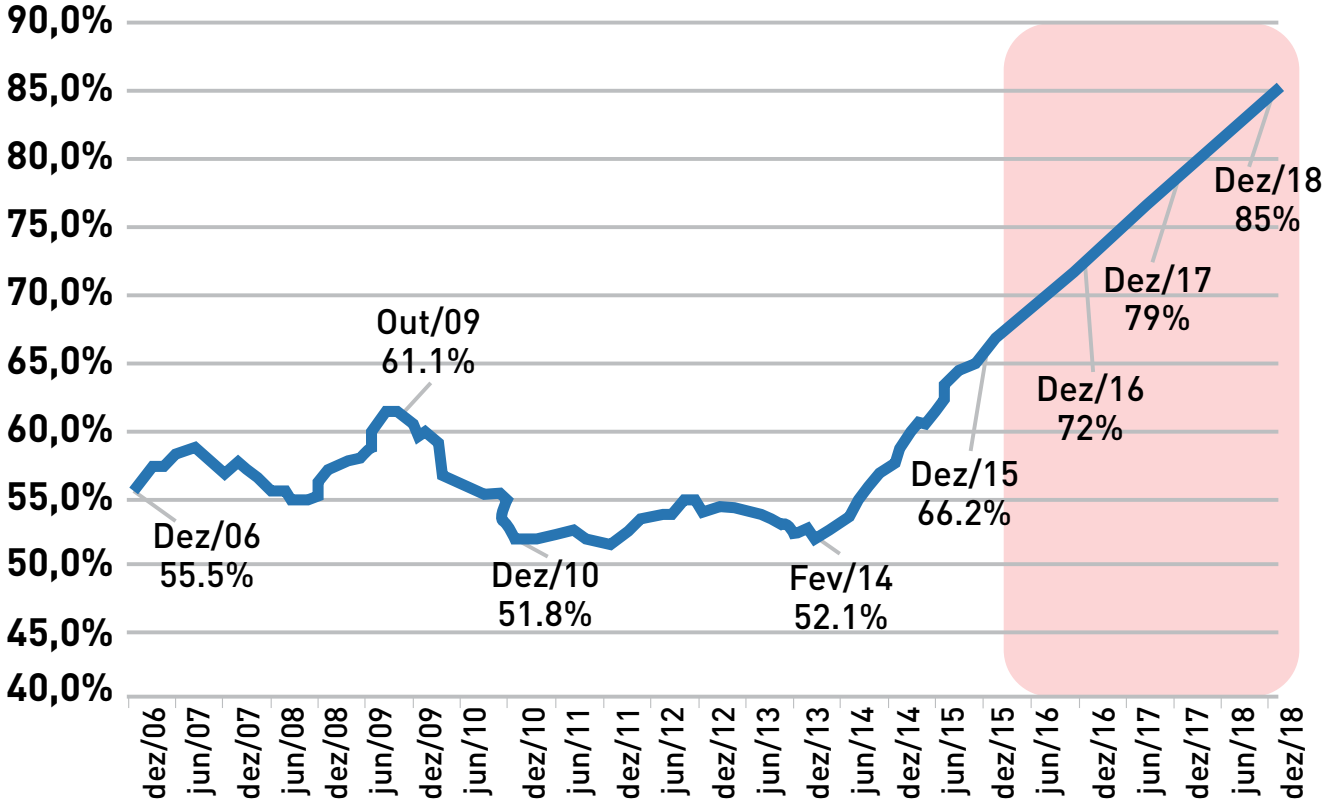
No âmbito do Banco Central, muitos erros foram cometidos, sendo o principal deles a prática de uma política de swaps cambiais esbanjadora de recursos públicos sem transparência e sem qualquer razão de ser. Somente em 2015, foram gastos R$ 90 bilhões com essas operações no mercado futuro de câmbio.

A oferta desse hedge cambial, isto é, desse seguro para empresas supostamente expostas ao risco cambial, como as exportadoras, foi feita sem o mínimo de transparência. Quem não precisava de garantia alguma foi beneficiado e, pior, o câmbio acabou disparando e expondo o Banco Central a um prejuízo bilionário.

Essa está entre as maiores trapalhadas do Banco Central em toda sua história. Isso sem mencionar a preservação de uma Selic alta e crescente em plena crise de 2008 – ainda no governo Lula – quando todos os países no mundo estavam reduzindo fortemente os juros reais. A redução veio tardiamente e explica uma boa parte da desindustrialização, da queda dos investimentos e da depressão hoje sentidas na pele por todos nós.

Tudo isso é essencial, e não apenas a análise das despesas primárias, já que essas despesas financeiras pressionam o resultado fiscal, a dívida bruta, a taxa de câmbio e, em última análise, a inflação. Em um quadro de dominância fiscal, essa dinâmica perversa é reforçada. Aumentar os juros, como o Banco Central fez no pós-eleição de 2014 (foram 3,25 pontos de percentagem, com um custo anualizado de R$ 50 bilhões para o erário), é um grande tiro no pé. O quadro de dominância fiscal é evidente, tão óbvio quanto dois e dois são quatro.

GRÁFICO 4 - DÍVIDA PÚBLICA BRUTA (% DO PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração e projeções próprias.

A crise é fiscal e as pedaladas – face mais popular da contabilidade criativa – são apenas a ponta mais aparente do problema. Sem reduzir o custo de financiamento da dívida, o que passa por estruturar um programa de ajuste fiscal amplo, não sairemos dessa sinuca de bico em que o lulopetismo nos colocou.

O desespero do governo diante desse grave quadro econômico fiscal é tão grande que, ao final do ano passado, lançou mão dos recursos do resultado cambial do Banco Central para pagar as pedaladas fiscais. Funciona assim: todas as vezes que a autoridade monetária tem lucro com as reservas cambiais, ela repassa esses valores para o caixa do Tesouro. Isso só pode ser utilizado para pagar dívida e juros.

No entanto, através de um mecanismo denominado "troca de fontes" – uma estratégia conhecida dos contadores públicos – R$ 50 bilhões do lucro cambial acabaram sendo destinados ao pagamento das pedaladas e das despesas previdenciárias.

O problema é que esse lucro é algo virtual. O Banco Central, desde 2008, com a promulgação da Lei nº 11.803, repassa semestralmente, o ganho patrimonial obtido com as reservas, todas as vezes que o câmbio se deprecia. Mesmo sem vender as reservas, o lucro é contabilizado e repassado para o Tesouro.

Isso ensejou o que se tem chamado de "pedalada monetária" – mais um golpe na credibilidade do governo e nas esperanças a respeito da criação de uma saída da crise fiscal para valer.

A reversão desse processo será muito difícil, mas não impossível. A pressão pela continuidade desse ritmo de crescimento das despesas públicas e privadas é incompatível com as atuais condições de poupança externa.

Não há mais excesso de liquidez suficiente e condições de atratividade igualmente boas para que o capital externo desembarque com o vigor de antes em nossa economia. Será preciso criar condições, internamente, para viabilizar a expansão do produto.

Um novo programa econômico requererá suporte na sociedade, nos investidores, na própria classe política e nos empresários. A sociedade civil organizada, em setores cada vez mais diversos, dá sinais de que já não aposta em mudanças na economia sem mudanças no governo.

A construção de alternativas passa por definir prioridades e instrumentos. O Brasil tem um desafio não superado desde a estabilização, conquistada pelo Plano Real: crescer de maneira perene. Isso passa, necessariamente, por reindustrializar o país, reajustar as contas públicas, inserir a nossa economia nas cadeias globais de valor, ampliar as concessões – tornando o Estado mais republicano e eficiente – e ter uma nova composição de variáveis macroeconômicas, principalmente de câmbio e juros. Esta é a agenda.

PERSPECTIVAS PARA INVESTIMENTOS EM 2016

Por Natália Kenupp

Em um período de recessão econômica agravada pela crise política, as previsões para investimentos no País revelam um ritmo de marcha lenta. Os indicadores apontam essa diminuição da atividade. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 14,1% em 2015, no comparativo com 2014, e fechou o ano com taxa de 18,2% do PIB, índice abaixo do observado no ano anterior, 20,2%. Para 2016, a perspectiva continua negativa.

Além das questões políticas em curso que afetam diretamente a economia do País, Ernesto Lozardo, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que os investimentos são prejudicados pelas altas taxas de juros e inflação acumulada em 10,71% em janeiro. "O investidor tem poucas opções. Para o setor privado o risco é muito alto com retorno bastante frágil no tocante à remuneração de capital de investimentos. O que sobra é a área de infraestrutura que depende muito de recursos públicos", explica. Lozardo destaca que há projetos de infraestrutura que poderão ser licitados neste ano cuja concessão se dará ao longo de 2016, especialmente em rodovias e aeroportos, com contratações de aproximadamente R$ 10 bilhões.

O economista e presidente do Conselho Regional de Economia do Espírito Santo (Corecon-ES), Eduardo Reis Araújo, destaca o Programa de Investimento em Logística (PIL) como uma boa iniciativa na área de infraestrutura. Em junho de 2015 o governo federal lançou uma nova etapa do programa, com previsão de R$ 198,4 bilhões em investimentos divididos da seguinte forma: R$ 86,4 bilhões para ferrovias; R$ 66,1 bilhões para rodovias; R$ 37,4 bilhões para portos; e R$ 8,5 bilhões para aeroportos. "Pode ajudar a melhorar o escoamento da produção agrícola, ampliando nossa competitividade em relação ao mercado externo. O alerta vai para o fato de que o financiamento desse e de outros programas depende de avanços na implantação de um ajuste fiscal estruturado do setor público", afirma Eduardo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) realiza há nove anos a pesquisa Perspectivas para Investimentos, que abrange 22 setores da economia e considera projetos mapeados que estão em curso, que foram ou que se espera que sejam implementados. Os investimentos são previstos considerando triênios. A última edição publicada trata do período 2015-2018 e revela uma expectativa de crescimento de 4,2% nos investimentos do país, um número considerável, ainda que distante das altas de dois dígitos apontadas nos quatro primeiros anos em que o levantamento foi feito, com ápice de 13,8% no triênio 2009-2012. "No passado, havia um movimento generalizado de alta do investimento. Atualmente, os setores de Petróleo & Gás e Infraestrutura de Logística terão o importante papel de impulsionar os investimentos da economia. Nesses dois casos, as perspectivas pouco dependem da conjuntura econômica nacional ou internacional, especialmente na infraestrutura, em que existe forte demanda não atendida. No primeiro caso, dependem da exploração de petróleo do pré-sal. No segundo, da realização de concessões e parcerias público-privadas", aponta a pesquisa do BNDES.

Apesar do ambiente de redução de investimentos, que se tornam cada vez mais concentrados em alguns segmentos, Lozardo afirmaque o cenário não tem desestimulado os estrangeiros, que têm uma visão de longo prazo sobre os investimentos no Brasil. O economista aponta um movimento de investimentos em papéis públicos brasileiros que tem como vantagem as elevadas taxas de juros. "Está muito barato comprar boas empresas no Brasil. Os estrangeiros estão aproveitando a crise econômica do país para aumentar a margem de mercado que têm por aqui, tanto com negócios locais quanto internacionais, com empresas nacionais que exportam ou que estão atendendo ao mercado local. Serviços e indústria são os grandes mercados".

Lozardo entende que a movimentação de capital internacional tem avançado no Brasil porque os estrangeiros entendem que o País é uma grande economia de qualquer maneira e que a crise fiscal será superada em 2 ou 3 anos. "Olhando a médio e longo prazo, é pouco tempo. Este é o momento ideal para investimentos de capital estrangeiro no Brasil, com limite até 2017. A partir daí, será mais difícil encontrar oportunidades de empresas lucrativas e de boa qualidade. É uma pena que a

crise permita a troca de patrimônios brasileiros para mãos estrangeiras, mas isso não quer dizer que vamos perder emprego e sim que o capital irá mudar de mão, principalmente nos setores de serviços e indústria".

Há duas categorias de investimentos estrangeiros no Brasil: o investimento direto e o investimento especulativo. O ex-presidente do Cofecon Antônio Corrêa de Lacerda explica que o primeiro se refere a compra ou constituição de novas empresas no Brasil, enquanto o segundo diz respeito ao mercado financeiro. "A diferença é que o investimento direto está diretamente associado a produção e infraestrutura, portanto é mais estável. Nesse caso, espera-se que o investidor permaneça mais tempo no País e gere mais emprego e renda", explica. Lacerda informa que não houve retração do investimento direto nos últimos anos, mesmo com a crise econômica. "O Brasil vem recebendo um volume de cerca de US$ 60 bilhões em investimentos por ano", informa.

Nos últimos meses, as agências de classificação de risco Moodys, Fitch e Standard & Poors rebaixaram a nota soberana do Brasil e retiraram o grau de investimento do País, com probabilidade de novos rebaixamentos no futuro. Para o economista Roberto Piscitelli, conselheiro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e professor da Universidade de Brasília (UnB), o Brasil continua a ser uma boa aposta em uma perspectiva de médio e longo prazo, apesar da baixa confiança demonstrada pelo mercado. "Os recentes rebaixamentos das notas atribuídas ao País pelas agências de classificação de risco não interromperam os fluxos de recursos externos dirigidos ao Brasil, que continua a se revelar atrativo nesta prolongada fase de modesto desempenho da economia mundial", defende Piscitelli.

Na opinião do economista, o Brasil continua a oferecer retorno mais que satisfatório às aplicações financeiras e taxas de remuneração superiores às normalmente obtidas dos investimentos produtivos de modo geral. "Não obstante as incertezas políticas, pode-se dizer que as contas externas, e particularmente a balança comercial, apresentam bons resultados e as reservas – da ordem de US$ 370 bilhões – constituem uma sólida base de segurança. Acresça-se a isso o tratamento liberal e privilegiado conferido às movimentações de capital e seus rendimentos, sobretudo quando se considera a legislação tributária aplicável", destaca Roberto Piscitelli. Para o professor da UnB, as concessões em curso devem representar aportes consideráveis que contribuem para aliviar as dificuldades do ponto de vista do equilíbrio interno. "O 'ajuste' do câmbio às taxas atuais produziu um efeito de barateamento dos ativos nacionais, o que, se não garante a propriedade de nossas empresas, assegura a manutenção dos níveis de produção para o consumo interno e as exportações e, sobretudo, de empregos. A superação das dificuldades atuais se compatibiliza com as expectativas futuras, num horizonte de tempo suficiente e necessário para a recuperação dos capitais em projeto de média e longa maturação".

Para João Rogério Sanson, doutor em Economia pela Universidade Vanderbilt (EUA), a receita para atrair mais investimentos é gerar confiança do empresariado. "É preciso mostrar que não vamos ter situações inesperadas. Se você faz um investimento, e isso vale para aplicações nacionais ou internacionais, é feita

uma previsão, há uma curva de receita para 10 ou 15 anos de modo que o capital seja recuperado e haja lucro. Se não souber se o governo sairá desta 'sinuca de bico', segura o investimento, observa, aplica o dinheiro em títulos públicos ou no exterior", descreve. Segundo Sanson o ideal é que a crise política aponte uma direção clara para não perder investimentos. "Discutir qual será o valor do déficit em 2016 não faz diferença, o importante é saber como será nos próximos anos e se nesta curva haverá uma melhora para as contas públicas", analisa João Rogério.

Para Eduardo Reis Araújo, a solução está em recuperar a capacidade de investimentos com recursos próprios do setor público, corrigindo desequilíbrios estruturais das finanças. "Com elevada tributação, a arrecadação federal já está em seu limite, sendo necessário um processo de correção por meio da melhoria da qualidade do gasto público, em todas as esferas do governo. Com o engessamento do orçamento público as margens de corte das despesas são limitadas. Por isso, precisamos avançar no debate em torno das despesas com a manutenção da previdência e com serviços da dívida pública", aconselha.

Eduardo entende que é papel dos economistas tratar de uma agenda positiva ainda que o cenário, no curto prazo, seja negativo para os investimentos. "Temos que superar o discurso da crise para falar das oportunidades. Afinal, a crise não dura para sempre e precisamos focar nas oportunidades de longo prazo", finaliza.

INVESTIMENTO NA INDÚSTRIA

A indústria é apontada como o setor que poderá ser beneficiado por investimentos em 2016 em decorrência da alta do dólar. No entanto, as dificuldades enfrentadas nos últimos anos continuam a afetar os investimentos. De acordo com a pesquisa Investimentos na Indústria, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em fevereiro deste ano, a proporção de empresas que investiu em 2015 (74%) é a menor desde 2010. A incerteza econômica foi apontada como a principal razão pelas empresas de grande porte pesquisadas. Ao fim de 2014, 76% das empresas pretendiam investir em 2015, no entanto 74% concretizaram os investimentos. Dessas empresas, apenas 42% realizaram investimentos conforme o planejado, sendo que: 46% o realizaram apenas parcialmente, enquanto 4% os adiaram para o ano seguinte e 8% os adiaram por tempo indeterminado ou cancelaram. Os dois setores que mais realizaram investimentos conforme planejado foram Madeira e Celulose e Papel, com 62% e 60% do total de empresas, respectivamente. "Não se espera reversão deste quadro para 2016. Parcela ainda menor das empresas pretende investir em 2016 (64%), sendo que dois terços pretendem investir na continuidade de projetos já em andamento". Segundo o relatório da CNI, os investimentos são cada vez mais direcionados à busca por maior competitividade, sobretudo inovação de processos produtivos, e é cada vez menor o investimento em ampliação da capacidade produtiva.

PROGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA: A AGENDA REABERTA

Por: Sérgio Wulff Gobetti[1] e Rodrigo Octávio Orair[2]

"Quando se discute a distribuição de riqueza, a política está sempre por perto, e é difícil escapar aos preconceitos e interesses de classe que predominam em cada época… A pesquisa metódica pode ajudar a redefinir os termos do debate, desmascarando noções preconceituosas ou falsas e sujeitando todas as posturas ideológicas ao constante escrutínio público", Thomas Piketty.

A crise fiscal e a repercussão dos estudos sobre a desigualdade, inspirados na obra de Thomas Piketty, reintroduziram o tema da progressividade tributária na agenda de debates do Brasil. O país precisa incrementar sua receita para tentar reequilibrar as contas públicas e nada mais natural que se discutam alternativas mais eficientes e justas, e é onde entramos com a proposta de tributação dos dividendos.

Nosso país é um dos poucos do mundo que isenta os dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF). Igual a nós, entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), só resta a Estônia. Outros que até recentemente isentavam os dividendos, como México, República Eslováquia e Grécia, voltaram a tributá-los.

SÉRGIO WULFF GOBETTI

1. Doutor em Economia, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

RODRIGO OCTÁVIO ORAIR

2. Mestre em Economia, pesquisador do IPEA e pesquisador associado do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG).

Além desses três países, outros 18 de 34 integrantes da OCDE que já tributavam os dividendos, implementaram algum tipo de medida para ampliar a tributação sobre os mais ricos e/ou sobre o capital após a crise de 2008. Enquanto boa parte dos países desenvolvidos está buscando concentrar o ônus do ajuste fiscal no topo da pirâmide social, no Brasil ainda há quem tente embargar esse debate com argumentos baseados em supostos teóricos já superados pela força da realidade.

Não custa lembrar que economistas renomados que outrora desenvolvem modelos teóricos dando suporte a políticas que beneficiavam tributariamente o capital e os mais ricos, como Anthony Atkinson e Joseph Stiglitz, revisaram suas posições. A teoria da tributação ótima, que tem raízes na economia neoclássica (e, portanto, no mainstream da teoria econômica), evoluiu significativamente nas últimas décadas – seja pelas revisões dos seus teóricos originários ou pela nova geração formada por economistas como Thomas Piketty e Emmanuel Saez –, incorporando pressupostos mais realistas e chegando a resultados que justificam a progressividade tributária e a tributação do capital e da herança.

Como argumentam dois expoentes da tributação ótima, James Banks e Peter Diamond:

Um resultado amplamente reconhecido da literatura da tributação ótima – que os rendimentos de capital não devem ser tributados, a fim de que as escolhas do indivíduo em relação à poupança para o consumo futuro não sejam distorcidas em favor do consumo imediato – surge a partir de considerações de comportamento individual e da natureza dos ambientes econômicos que são muito restritivas quando vistas no contexto tanto dos achados teóricos em modelos mais ricos quanto das evidências econométricas disponíveis. (The Base for Direct Taxation. Institute for Fiscal Estudies (Ed.). Dimensions of Tax Design. New York: Oxford University Press, 2010)

Ao contrário do que se possa imaginar, a abordagem desses economistas para defender a progressividade e a tributação das rendas do capital é bastante pragmática. Como também será nossa argumentação ao longo desse artigo. O ponto de partida é entender como se dá a tributação do lucro no resto do mundo e compará-la com o Brasil.

COMO É NO MUNDO?

O modelo clássico de tributação adotado pela maioria das economias desenvolvidas prevê o que se convencionou chamar de "bitributação": a tributação do lucro na pessoa jurídica e, posteriormente, havendo distribuição aos acionistas, a tributação dos dividendos na pessoa física. Ao longo da década de 80, entretanto, ganhou força uma corrente teórica que criticava esse modelo, não com base no argumento formal muito comum entre tributaristas brasileiros ("estão tributando duas vezes o lucro!"), mas a partir de considerações econômicas. À época, consolidou-se a visão hegemônica no mainstream da teoria econômica, fundamentada na primeira geração de modelos de tributação ótima, segundo a qual a política tributária deveria abster-se de objetivos distributivos e ser o mais neutra possível para não distorcer incentivos.

Esse foi o substrato teórico de um movimento global de reorientação da tributação em benefício do capital e dos mais ricos, que influenciou em maior ou menor grau as políticas de praticamente todos os países desenvolvidos entre 1980 e 2010 e explica parte do aumento da desigualdade no período, segundo Piketty e seus colaboradores. Porém, a maioria dos países desenvolvidos continuou tributando os lucros em duas etapas. Alguns criaram mecanismos para atenuar a "bitributação", como os sistemas de imputação em que a pessoa física desconta todo ou parte do imposto recolhido na empresa, e poucos seguiram o caminho da isenção.

Em média, nos países da OCDE,

já consideradas as deduções, o lucro é tributado em 25% na empresa e os dividendos distribuídos para as pessoas físicas são tributados em mais 24%, o que totaliza 43% do lucro original (25% + 24%*75%). Os maiores níveis de tributação ocorrem na França (64%), Estados Unidos (57%), Irlanda (57%), Dinamarca (55%) e Canadá (51%). O menor nível é o da Estônia, onde há apenas tributação dos lucros nas empresas, a uma alíquota de 20%.

Em termos históricos, essas taxas são inferiores àquelas que vigoravam até a década de 80, mas é importante ressaltar que a tendência de declínio das alíquotas sobre a renda do capital e dos mais ricos se interrompeu desde a crise internacional de 2008. Assim como se consolidou a percepção de que esses incentivos tributários não serviram para acelerar o crescimento, mas apenas para aumentar a desigualdade.

A atual configuração do IRPF no Brasil é uma verdadeira colcha de retalhos que dá origem a inúmeras inequidades

Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Barack Obama revogou no início de 2013 as reduções temporárias, que vigoravam desde o governo George W. Bush, da alíquota dos dividendos (de 20% para 15% no nível federal) e da alíquota máxima do imposto de renda (de 39,6% para 35%). A Austrália, que é considerado por muitos um modelo a ser seguido pelo Brasil e adota um sistema de integração na tributação do lucro, elevou recentemente as alíquotas sobre dividendos, fazendo com que a tributação possa chegar a 49%.

No total, 21 dos 34 países da OCDE adotaram algum tipo de medida para elevar a tributação sobre os mais ricos entre 2008 e 2015 (alíquotas máximas, tributação dos dividendos, revisão de isenções e créditos etc.), motivados pela necessidade de ampliar receitas no esforço de ajuste fiscal. Apesar de que vários desses países também reduziram a tributação sobre as empresas, entendendo que é melhor tributar mais e de maneira mais progressiva a renda na pessoa física e menos o lucro da pessoa jurídica. Argumento que encontra suporte na nova geração de modelos de tributação ótima e em ampla literatura empírica.

E O BRASIL?

É interessante observar como a estrutura tributária brasileira se adequou às tendências internacionais. No final da década 1980, o governo seguiu o exemplo de Ronald Reagan nos Estados Unidos e reduziu abruptamente o número de faixas do IRPF de 11 para três e a alíquota máxima de 50% para 25%, cristalizando uma estrutura com baixa progressividade que pouco se modificou desde então. Já em meados da década de 1990, o governo brasileiro foi influenciado por uma corrente de economistas e tributaristas que defendia, baseada na alegada "neutralidade tributária", a necessidade de se isentar os dividendos (para desestimular a retenção de lucros por parte das empresas) e reduzir o incentivo tributário ao endividamento (pois o gasto de juros é dedutível da base de cálculo do imposto de renda, o lucro líquido). Foi assim que ao final de 1995 o governo FHC eliminou a tributação de dividendos e institui a figura dos Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP).

Antes dessa mudança, o lucro da pessoa jurídica era tributado em até 34% (9% de CSLL e até 25% de IRPJ) e, uma vez distribuídos, os dividendos eram tributados por uma alíquota exclusiva na fonte de 15% no IRPF. A tributação total poderia alcançar 43,9% (34% + 15%*66%). Após a reforma, criou-se a possibilidade da empresa deduzir o JSCP do lucro tributável, tal qual ocorre com os custos de endividamento normal. Esses juros são calculados aplicando a TJLP sobre o capital próprio da empresa e remuneram os sócios pelo dinheiro que mantêm na empresa. Isso faz com que uma parcela dos lucros deixe de ser tributada a 34% e seja submetida a uma alíquota menor de 15%.

Para exemplificar, vamos admitir que a empresa deduza 20% dos seus lucros na forma de JSCP e, por conseguinte, a tributação do lucro na pessoa jurídica cai de 34% para 30,2% (34%*80% + 15%*20%). Além disto, todos os dividendos distribuídos na forma normal, que não são JSCP, passaram a estar isentos.

Dessa forma, a tributação máxima sobre o lucro cai nesse exemplo para 30,2% ou para no máximo 34%, caso a empresa não faça uso dos JSCP – patamar este inferior à média de tributação dos países da OCDE, onde os lucros são tributados em 43%. Além disso, na maioria desses países há uma distribuição mais equilibrada entre a tributação do lu-

cro na empresa e dos dividendos na pessoa física. No Brasil, a tributação ao nível das empresas (34%) é teoricamente alta para padrões internacionais e somente superada pelos Estados Unidos (39%) e pela França (36%) entre os países da OCDE. O contrário ocorre com os dividendos, que são isentos, compensando a taxa de retorno do capital.

Tal assimetria na tributação dos lucros e dividendos também se reflete na carga tributária brasileira, que possui um patamar semelhante à média dos países da OCDE (cerca de 33% do PIB), mas uma composição muito distinta. O IRPF configura uma das principais fontes de receitas nos países desenvolvidos, onde, na média dos membros da OCDE, contribui com cerca de um quarto da carga tributária. Já no Brasil essa contribuição não chega a um décimo e isso se deve não somente aos menores níveis de renda da população, mas em grande medida à estrutura de tributação.

Em contrapartida, a carga no Brasil é mais alta quando consideramos o IRPJ (13% da carga brasileira e 9% na média dos países da OCDE) e os impostos sobre bens e serviços (quase metade da carga brasileira e menos de um terço na OCDE). Tributa-se menos e de maneira pouco progressiva a renda da pessoa física e, para compensar, impõe-se maior ônus pela via do imposto sobre o lucro da pessoa jurídica e principalmente pelos nossos notoriamente ineficientes e regressivos impostos sobre consumo.

Nosso país é um dos poucos do mundo que isenta os dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF)

Em suma, nosso país foi mais realista do que o rei, encampando a agenda da "neutralidade tributária" nas décadas de 1980 e 1990 e implementando medidas como a isenção dos dividendos, que nem mesmo governos de orientação explicitamente conservadora, como os de Reagan e Bush, conseguiram fazer nos seus países. É evidente que o sistema tributário não avançou muito no caminho da maior eficiência econômica propagada pelos defensores dessas reformas, tampouco vieram os prometidos investimentos e crescimento econômico.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DISSO?

A atual configuração do IRPF no Brasil é uma verdadeira colcha de retalhos que dá origem a inúmeras inequidades. A principal delas talvez seja a assimetria no tratamento tributário entre os rendimentos do capital e do trabalho. Enquanto um assalariado pode arcar com alíquotas de até 27,5% sobre sua principal fonte de renda, a maior parcela da renda de um rentista estará isenta no caso de dividendos ou sujeita a alíquotas lineares de 15% nos ganhos com alienação de bens ou rendimentos de aplicações financeiras. Algo semelhante pode ocorrer com empresários e executivos que estabelecem patamares mínimos para seus rendimentos tributados pela tabela progressiva e migram quase toda sua renda para componentes isentos na forma de lucros distribuídos.

Os benefícios não param por aí. Já falamos, por exemplo, dos JSCP, que é utilizado pelas grandes empresas, que pagam imposto pelo chamado regime de lucro real. As micro, pequenas e médias empresas, que apuram imposto pelo Simples ou pelo regime de lucro presumido, não são beneficiadas pelos JSCP, mas extraem outras vantagens. As empresas do Simples, por exemplo, estão sujeitas a uma tributação entre 4% e 11% do faturamento no comércio e entre 6% e 17% no setor de serviços, incluindo impostos estaduais e municipais. E todo o lucro que distribuem aos seus sócios está isento de IRPF.

O mesmo ocorre com as empresas submetidas à tributação pelo lucro presumido. Como o nome já diz, nesse regime se "presume" o lucro aplicando um porcentual sobre o faturamento, que é de 12% para a indústria e 32% para os serviços, e sobre esse porcentual se calculam os impostos sobre lucro: 15% a 25% de IRPJ e 9% de CSLL. Para uma empresa do setor de serviços, por exemplo, a tributação total sobre seu faturamento, já incluindo PIS/Cofins e imposto municipal, além dos tributos sobre lucro, chega a no máximo 19,53%.

A atual estrutura do IRPF restringe seus potenciais arrecadatório e distributivo e contribui para que o Brasil possua uma das maiores concentrações de renda do mundo

A prática de sistemas simplificados para recolhimento de tributos nas pequenas e médias empresas é bastante comum ao redor do mundo e não configura por si só um problema. As distorções surgem quando há parâmetros e critérios de enquadramento mal calibrados. Um bom exemplo desse tipo de distorção são as atividades profissionais de cunho personalíssimo (consultores, advogados, médicos, jornalistas, economistas), que a legislação brasileira permite que sejam prestadas por empresas no regime de lucro presumido e em alguns casos até mesmo no Simples, nas quais os próprios sócios são seus trabalhadores.

Em geral, essas empresas têm poucos custos e seu lucro será bem maior do que os 32% presumidos como base de cálculo dos impostos, e todo o excedente (60% a 80% do faturamento, dependendo do caso) estará isento de imposto ao ser dividido entre os sócios. Para exemplificar, tomemos o caso de uma empresa enquadrada no lucro presumido que fatura R$ 1 milhão, possui custos de digamos R$ 20 mil e apura R$ 195,3 mil em impostos. Ao final, restam R$ 794,7 mil para serem distribuídos aos seus sócios, valor que supera em muito os R$ 320 mil (32%) de lucros presumidos e que estará isento de IRPF.

Fala-se muito sobre "bitributação" no Brasil, mas poucos atentam para o fato de que toda a parcela do lucro distribuído que excede o valor presumido não está sendo tributada sequer uma vez! Artifícios como esse criam, evidentemente, uma enorme distorção econômica, exatamente aquilo que os teóricos da neutralidade queriam evitar, pois incentiva as pessoas físicas com maior renda a constituírem empresas, às vezes com apenas um sócio figurativo, para prestarem serviços e fugirem da alíquota de até 27,5% que incide sobre os rendimentos do trabalho.

Existem outras distorções tão ou mais graves, associadas ao planejamento tributário das grandes empresas, que teoricamente não podem fazer uso do regime de lucro presumido quando faturam mais de R$ 72 milhões por ano. O artifício aqui é dividir uma empresa em outras menores e concentrar os custos na empresa-mãe que apura imposto pelo lucro real. Ao mesmo tempo em que são transferidas receitas para as empresas satélites que auferirão lucros superiores aos montantes presumidos e que estarão isentos de imposto quando distribuídos aos seus proprietários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Mais uma vez, boa parcela dos lucros sequer está sendo tributada!

Enfim, a lista de distorções é extensa e vamos chamar atenção para apenas mais duas: as violações dos princípios da equidade horizontal e vertical no IRPF. Por exemplo, a renda de um assalariado frequentemente está sujeita a alíquotas mais elevadas do que os trabalhadores "pejotizados" ou do que aqueles cuja renda provêm majoritariamente de rendimentos do capital. Além disso, os benefícios se concentram mais no topo da distribuição e quebram a escala de progressividade. Segundo nossas estimativas, a alíquota efetiva média do IRPF, calculada sobre a renda total, cresce progressivamente até o início do último centésimo da distribuição, quando atinge 12,3%, mas aí começa a cair até atingir 7% entre os 0,05% mais ricos. Ou seja, cerca de 70 mil brasileiros com rendimentos superiores a R$ 1,3 milhão por ano pagam menos imposto, proporcionalmente à sua renda, do que 5,8 milhões de pessoas com rendimentos a partir de R$ 81 mil.

O fato é que a atual estrutura do IRPF restringe seus potenciais arrecadatório e redistributivo e contribui para que o Brasil possua uma das maiores concentrações de renda do mundo. Ainda segundo nossas estimativas, o meio milésimo mais rico do país detém 8,2% da renda disponível das famílias, patamar que não encontra paralelo entre países com informações disponíveis.

Por fim, cabe destacar que é muito comum que a discussão sobre tributação dos mais ricos se concentre sobre a criação de novas faixas e alíquotas do IRPF. Sem dúvida, a tabela atual com alíquota máxima de 27,5% pode ser considerada pouco progressiva para padrões internacionais. No entanto, a simples criação de novas faixas, mantendo a isenção dos dividendos, não resolve e pode ampliar as distorções, ampliando a distância entre a classe média (que vive de salários e paga IRPF) e os muito ricos (que vivem de dividendos isentos).

Ou seja, sob a atual estrutura do IRPF, medidas orientadas para ampliar a progressividade devem priorizar a ampliação da base tributável, incluindo rendas isentas como os dividendos. Num próximo artigo trataremos sobre como incluir esse tema numa agenda mais ampla de reforma tributária.

O BRASIL SEM RUMO

Por Celso L. Martone

1. A FABRICAÇÃO DA CRISE

No último quinquênio (2011-2015), a economia mundial cresceu, em média, 3,3% ao ano, ao passo que os países emergentes e em desenvolvimento cresceram 5% ao ano. Nesse mesmo período, o Brasil cresceu apenas 0,9% ao ano. Entre 2015 e 2016, segundo as previsões atuais, a renda per capita dos brasileiros deve cair nada menos do que 10%. Isso significa que a recessão severa que o País vive é de fabricação doméstica, fruto de uma gestão ruinosa e incompetente da economia pelo governo do PT. Os analistas mais perspicazes perceberam, já em 2006-08, a gestação da crise. Ela foi escondida: (a) pelos ganhos temporários de termos de troca com o boom de preços de commodities no mercado internacional até 2011 e (b) pelo endividamento tanto do setor público como do setor privado, que sustentou a demanda por alguns anos.

O que explica tamanho desacerto na condução dos negócios do estado? Dois parecem ser os principais elementos que constituem o governo do PT. O primeiro, a nível doutrinário, é o fascínio que os policy makers de Lula e Dilma ainda tem pela frágil teoria kaleckiana, composto de algumas equações ad hoc, sem fundamento comportamental. Por exemplo, "o consumo privado e o déficit do governo aumentam os lucros e a disposição de investir", "o investimento gera sua própria poupança", "o mercado não garante o pleno emprego dos recursos, portanto o governo deve intervir e direcionar a demanda e os investimentos". Se houve alguma coerência perversa na política econômica, ela resultou de afirmações como as acima.

Segundo, para manter o poder político, vale tudo. O populismo se encaixa no objetivo de se perpetuar no poder a qualquer preço para implantar o socialismo no País. Esses dois elementos são uma praga latino-americana, que vem de muitas décadas e se espalhou praticamente por todos os países da região. O resultado é sempre o mesmo: baixo ou nenhum crescimento, distorções microeconômicas generalizadas e alta inflação. Poucos países conseguiram resistir a ela (Colômbia, Chile, Peru e México) e tem tido um desempenho econômico melhor do que os demais.

CELSO L. MARTONE

Professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

A política econômica do governo FHC, depois que o País quebrou em 1998, inspirada pelo FMI, consistia no chamado tripé: austeridade fiscal (estabilidade da relação dívida/PIB), metas declinantes de inflação e taxa flexível de câmbio. A partir de 2005, o governo Lula começou a destruir a primeira perna do tripé, sob o argumento de que a dívida era baixa relativa a outros países e era preciso alavancar as despesas para fazer a economia crescer mais. Essa destruição progressiva da austeridade fiscal nos levou à beira do colapso fiscal e da explosão da dívida pública nos dois últimos anos. O superávit primário necessário para estabilizar a relação dívida/PIB está hoje ao redor de 5% do PIB, ao passo que o governo quer fazer um déficit de até 1% neste ano. O resultado e o crescimento explosivo da dívida já levantam suspeitas de que um novo "calote" está a caminho.

A segunda perna do tripé (metas de inflação) veio abaixo já em 2011, no governo Dilma, com a perda de autonomia do Banco Central e a falta de compromisso com a inflação. O resultado está aí: inflação de 10,5% em 2015 e provavelmente 8% em 2016. Para segurar a inflação por algum tempo, o governo controlou os preços públicos e a taxa de câmbio (a terceira perna do tripé). A inflação de 2015 teve parcela importante de inflação "corretiva", pois não era mais possível amordaçar alguns dos preços mais importantes da economia. Sobretudo a partir da crise financeira internacional de 2008, o governo Lula introduziu uma série de subsídios ao consumo (renúncia fiscal), aprofundou as intervenções nos setores de petróleo, energia e mineral e ampliou a expansão do crédito via bancos federais. No caso do BNDES, o tesouro nacional transferiu ao redor de 500 bilhões de reais para o banco financiar o investimento. Paradoxalmente, a taxa de investimento agregada não subiu e, nos últimos três anos, vem caindo aos menores níveis em três décadas. Esse fato levanta a suspeita de que os financiamentos do BNDES foram ineficientes e mal direcionados.

O País transitou assim de um regime de regras para um regime de arbítrio, o que destruiu a confiança no governo, aumentou as incertezas, inibiu os planos de investimento privado e ajudou a nos levar à maior e mais longa recessão de que se tem notícia. Alguns economistas já começam a falar em dominância fiscal para caracterizar o quadro atual. Esta é uma situação-limite, em que a política monetária não só perde a eficácia, mas produz resultados adversos sobre a taxa de câmbio e a própria inflação. O medo do "calote" faz os agentes fugirem da dívida pública, iniciando uma fuga de capitais que deprecia a taxa cambial e agrava a inflação. Não está claro se e quando teremos dominância fiscal, mas a elevação contínua da dívida em relação ao PIB certamente nos faz caminhar nesta direção.

2. DOIS CAMINHOS ALTERNATIVOS

A maioria dos economistas deve concordar que existem dois caminhos a partir da situação crítica a que chegamos. O primeiro é o que podemos chamar de "mais do mesmo" e o segundo é a volta à ortodoxia e ao bom senso. Vejamos cada um deles.

"Mais do mesmo" é exatamente o que o governo tem feito no segundo mandato de Dilma. De um lado, os policy makers fingiram que estavam empenhados no ajuste fiscal, ao propor uma série de medidas cosméticas do lado da despesa e mais efetivas do lado da receita. Nem isso teve sucesso, e o déficit nominal do setor público atingiu perto de 10% do PIB em 2015. Em 2016, a história se repete: déficit nominal semelhante e grande expansão da dívida em relação ao PIB. De outro lado, o governo acenou com a retomada da atividade econômica no segundo semestre, apoiada (de novo) na expansão do crédito pelos bancos federais. Desta vez, no entanto, os níveis de endividamento de consumidores e empresas são altos o suficiente para inviabilizar mais endividamento. Fica claro, portanto, que não vai dar certo, o que leva os analistas a preverem uma nova queda da ordem de 4% do PIB neste ano.

A volta à ortodoxia (que nunca houve nos últimos 10 anos), mesmo que conduzida por pessoas comprometidas com o ajuste fiscal, é um caminho tortuoso, difícil e lento, considerando o ponto a que o País chegou. Os sacrifícios no curto prazo só produzirão frutos no médio prazo. Para isso, é necessário ter apoio político do Congresso Nacional, visto que as medidas mais importantes dependem de mudança nas leis e na Constituição.

O ponto crítico do ajuste ortodoxo é a redução substancial e permanente do déficit do setor público, dos atuais 10% para não mais do que 3% nos próximos anos (a situação que prevaleceu até 2013). Nesse aspecto, a situação do Brasil é similar à dos países da União Europeia como Espanha, Itália, Portugal e Grécia após a crise de 2008. A contragosto, esses países fizeram (com exceção da Grécia) uma consolidação fiscal sob a supervisão da União, do FMI e do Banco Central Europeu, em troca de suporte para a rolagem da dívida. No caso do Brasil, contudo, não haverá apoio internacional. Teremos que fazer o ajuste com nossos próprios recursos. Naqueles países, o suporte externo e o desejo de permanecer dentro da União criaram as condições políticas para o ajuste. No Brasil, a reforma fiscal terá que surgir como resultado do consenso político de que não há outra alternativa. Isso exige um governo com credibilidade e liderança para propor, aprovar e coordenar o processo de reforma. Essas condições não existem e dificilmente existirão no futuro próximo com um governo desgastado e inoperante, cujo principal objetivo é manter-se no poder a qualquer preço.

Os argumentos discutidos acima fazem prever tempos difíceis para o Brasil, no curto e talvez no médio prazo. A política econômica do PT fracassou, como era de se esperar, e nada foi posto no lugar dela. A insistência em fazer "mais do mesmo" só aprofunda e alonga a recessão e a inflação. É preciso definir uma agenda econômica coerente e capaz de restaurar a credibilidade no País no médio prazo. Mas quem ou o que a definirá?

INSCRIÇÕES:
de 01/03/2016 a 01/07/2016

PREMIAÇÕES NAS CATEGORIAS

I - livro de economia;

II - tese de doutorado;

III - dissertação de mestrado;

IV - artigo técnico ou artigo científico;

V - monografia ou trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômicas.

COMISSÃO AVALIADORA

ADRIANO SARQUIS – UNIFOR

ALFREDO MENEGHETTI – PUC/RS

ANA CAROLINA GIUBERTI – UFES/ES

ANDRÉ LUIS CABRAL DE LOURENÇO – UFRN/RN

ANTÔNIO RICARDO DANTAS CAFFÉ – UFBA/BA

CID ISIDORO DEMARCO MARTIN – UCDB/MS

FERNANDO DE AQUINO FONSECA NETO – BANCO CENTRAL

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR – UESB/BA

JOSÉ RUBENS DAMAS GARLIPP – UFU/MG

JÚLIO MIRAGAYA – COFECON

LUCAS LAUTERT DEZORDI – UP/PR

MANUEL ANTONIO VALDÉS BORRERO – UNIR/RO

MARIO RAMOS RIBEIRO – UFPA/PA

MICHELE LINS ARACATY E SILVA – UFAM/AM

PAULO DUTRA COSTANTIN – FAAP/SP

COORDENADORES:

CELINA MARTINS RAMALHO – FGV/SP

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA – PUC/GO

Para mais informações, acesse:
cofecon.org.br/pbe
Curta a nossa fanpage: **facebook.com/cofeconeconomia**

NÃO À ORTODOXIA

1. O DEUS MERCADO E A CRISE MUNDIAL

O sistema capitalista desenvolveu, ao longo de seus dois séculos e meio de existência, diversos mecanismos para garantir e ampliar a acumulação de capitais, sendo a extração da mais-valia ainda o principal. Mas a apropriação do orçamento público tem sido, cada vez mais, um dos instrumentos mais eficazes de concentração da riqueza nas mãos da burguesia, por diversos meios, como as desonerações tributárias, a concessão de subsídios e o pagamento de juros sobre a dívida pública. O resultado é uma brutal concentração da renda em escala planetária.

O economista coreano Ha-Joon Chang afirmou que a atual crise econômica mundial não é uma nova crise, mas o desdobramento da que se iniciou em 2007/08, cujas causas não foram equacionadas: "Superaram a crise financeira criando mais uma bolha especulativa, e se esta estourar, não se dispõe nem de munição para lutar contra a crise. Os juros (internacionais) estão praticamente em zero e muitos governos não tem mais margem para se endividar".

Nos mercados globais, a confusão é generalizada: preço do barril de petróleo despencando de 100 para 30 dólares; queda de 20% a 60% no valor das ações dos principais bancos do mundo; enorme volatilidade das moedas. Em todo o mundo, a política institucional encontra-se "sequestrada", "amarrada" pelo "modelo econômico" ditado pelo mercado. A soberania popular expressa no voto não consegue se impor; foi o que se viu na Grécia e é o que se vê no Brasil.

JÚLIO MIRAGAYA

Presidente do Cofecon, doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável (UnB)

ROBERTO PISCITELLI

Economista, conselheiro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e professor da Universidade de Brasília (UnB).

2. A CRISE NO BRASIL: A QUEM SERVE O ESTADO

Há alguns meses, o assunto mais comentado no País tem sido a crise fiscal ou a incapacidade de o Estado Brasileiro fazer frente aos seus compromissos. Analistas e a mídia batem nos altos salários dos servidores, na ineficiência dos gastos públicos, nos gastos excessivos com saúde, educação e previdência, e até mesmo no Bolsa Família. As organizações empresariais criaram o "Impostômetro", reclamando da "alta" carga tributária, sem razão, pois ela é, sobretudo, transferida e paga pelo consumidor.

Esquecem-se, contudo, de falar do "Sonegômetro" (criado pelo Sinprofaz), que este ano deve atingir R$ 500 bilhões. A organização britânica Tax Justice Network calcula em US$ 520 bilhões o total enviado do Brasil de forma ilegal para paraísos fiscais entre 1970 e 2010, estimando ainda que entre US$ 21 trilhões e US$ 32 trilhões estejam depositados nesses paraísos em todo o mundo.

Associado à crise fiscal, está o problema do endividamento. Não se passa um único dia no Brasil sem que analistas, articulistas ou jornalistas deixem de criticar o nível de endividamento do País. Discorrem sobre o tema com a arrogância própria dos mal informados - ou mal-intencionados -, que ignoram ou fingem desconhecer os mecanismos de funcionamento da economia capitalista contemporânea. No atual estágio do sistema capitalista, de estagnação dos mercados e contração da demanda agregada, a acumulação de capital tem se dado com base na crescente financeirização da economia, com a expansão do crédito, sabe-se lá até onde.

A recuperação da confiança na economia brasileira passa necessariamente por desatar os nós da política e da Justiça, que estão sufocando o País e penalizando os interesses dos trabalhadores

Segundo dados do Banco Internacional de Compensações (BIS), o endividamento bruto do setor público brasileiro correspondia a 64% do PIB; nas empresas, a 49%; nas famílias, a 25%, totalizando endividamento de 138% do PIB. A título de comparação, no Japão esses percentuais foram respectivamente de 222%, 105% e 66%, totalizando 393%. No Reino Unido, 107%, 77% e 87%, totalizando 271%. E nos EUA, 92%, 69% e 78%, num total de 239%. A burguesia brasileira reclama insistentemente da enorme carga tributária existente no País, manifestação hipócrita, pois se sabe que, em nosso modelo tributário absurdamente regressivo, os tributos incidem essencialmente sobre a produção e o consumo, e de forma pífia sobre a renda e a riqueza, de forma que, proporcionalmente, os pobres pagam muito mais que os ricos.

Ocorre que a pressão exercida pelas grandes corporações deu resultado, pois levou o governo Dilma a ampliar de forma descabida os benefícios, como a desoneração da folha com redução da contribuição previdenciária, a isenção ou redução de IPI e outros tributos para diversos setores, e o aumento dos subsídios concedidos em financiamentos pelos bancos públicos às grandes corporações, o que gerou o colapso fiscal a partir de 2014.

Se o rombo nos orçamentos fiscal e da seguridade social foi grande, para piorar, o governo, cedendo mais uma vez às pressões do mercado financeiro, resolveu promover um ajuste fiscal recessivo, que, aliado a uma política monetária suicida de elevação sistemática da taxa básica de juros, provocou uma brutal queda da atividade econômica, com o consequente aumento do desemprego e queda do rendimento real médio dos trabalhadores.

Deve-se lembrar que vinha sendo razoável o desempenho econômico do Brasil nos três primeiros anos do governo Dilma, com crescimento médio do PIB de 3% ao ano e geração de 1,2 milhão de empregos formais/ano.

3. PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DA CRISE

A saída da crise não pode ser a preconizada pelo mercado financeiro. Seus planos são por demais conhecidos e foram amplamente empregados no País em passado recente: é o batido Estado Mínimo, que pressupõe a retirada de direitos sociais duramente conquistados, como o fim da política de aumento real do salário mínimo, desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo, corte de gastos em programas sociais, reforma da previdência social, além de privatizações, obtenção de superávits primários crescentes e combate à inflação mediante rígida política monetária.

Ocorre que parte deste receituário ortodoxo já vem sendo praticado no atual governo, como, por exemplo, a manutenção da taxa básica de juros em patamar elevado, que tem agravado a queda dos investimentos públicos e privados, do consumo e, consequentemente, da atividade econômica e da receita tributária, resultando no aumento do desemprego (que já passa de 9 milhões) e do próprio déficit público.

Sair do impasse vai depender de o governo mudar ou não sua política econômica. Se continuar persistindo no modelo de ajuste fiscal, com elevadas taxas de juros, continuaremos enxugando gelo e dificilmente retomaremos o crescimento. A saída para o déficit público é ampliar a receita - não mediante remendos na legislação -, mas com uma profunda mudança no modelo tributário, elevando-se a carga sobre a renda e a riqueza, reduzindo-se drasticamente as renúncias fiscais e, sobretudo, a elevada despesa com juros da dívida pública. Isto é condição essencial para estimular o investimento privado, desestimulando o rentismo, barateando o crédito para o consumo e ampliando o investimento público.

A superação da crise econômica tem esbarrado na crise política. Delações efetuadas por criminosos confessos seletivamente vazadas para a grande mídia e rapidamente convertidas em verdades absolutas e condenações prévias sob a presunção de culpa de qualquer cidadão sobre o qual pairem suspeitas associadas a fatos graves, como a recente a invasão pela Polícia Militar/SP da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o vazamento ilegal e extemporâneo de conversas da presidente da República com o ex-presidente Lula, têm acentuado o grau de instabilidade econômica.

É preciso preservar a democracia. A história da humanidade está repleta de exemplos de atos intolerância e de execrações públicas, com acusações baseadas em suspeitas inconclusivas, com o propósito de criminalizar pessoas e segmentos da sociedade. São bem conhecidos casos como o de Dreyfus, capitão judeu do exército francês, em 1895, acusado de espionagem para os alemães, e o macarthismo, como ficou conhecida a cruzada anticomunista conduzida nos EUA, nos anos 1950, pelo Senador Joseph McCarthy.

A recuperação da confiança na economia brasileira passa necessariamente por desatar os nós da política e da Justiça, que estão sufocando o País e penalizando os interesses dos trabalhadores, que mais dependem da proteção do Estado.

GINCANA NACIONAL DE

ECONOMIA

PREPARE-SE

AGORA O DESAFIO É MUITO MAIOR

Inscrições
Até 5 de agosto

Competição
1 e 2 de setembro

Local
Natal, RN

Aluno de economia vencedor da gincana regional, essa é a sua chance de provar que está entre os mais bem preparados do Brasil.

1º Lugar - 2011

1º Lugar - 2012

1º Lugar - 2013

1º Lugar - 2014

1º Lugar - 2015

PARTICIPE E MOSTRE QUEM É O MELHOR ENTRE OS MELHORES

Para mais informações, acesse:
cofecon.org.br/gincana
Curta a nossa fanpage: **facebook/querosereconomista**

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

O ECONOMISTA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS E PARA AS ENTIDADES DE CLASSE

Por Roberto Macedo*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resume outro de maior amplitude e mesmo título publicado na Revista de Conjuntura do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, em sua edição de maio/agosto de 2015, que circulou no final do mesmo ano. Agradeço aos editores desta revista a oportunidade de dar maior divulgação ao meu estudo. Ele examinou em detalhe a inserção do economista no mercado de trabalho brasileiro usando dados do censo de 2010. Em face da natureza estrutural dos temas analisados, sem alterações relevantes no curto prazo, entende-se que a análise mantém atualidade.

No questionário mais detalhado do censo é perguntado o maior nível de instrução dos entrevistados e o curso concluído. As respostas mostraram 234.287 pessoas com o curso de graduação em Economia, 18.341 com o mestrado e 5.410 com o doutorado na mesma área. Entre os graduados, 59.346 presumivelmente aposentados ou desempregados.

Inicialmente o estudo avançou numa linha de pesquisa voltada para as interações entre as profissões de nível superior e suas ocupações, desenvolvida por este e outros autores, mas inovando ao examinar em detalhe a profissão de economista. Nessa linha, comparou os conceitos de profissão e ocupação, enfatizou a importância de estudos ocupacionais, fez referência à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e ao examinar 35 profissões apresentou uma visão retrospectiva e geral de suas interações com as respectivas ocupações, a partir de dados que retroagem ao Censo de 1980, nesse contexto já destacando os economistas graduados. Em seguida, apresentou características adicionais desses economistas, após o que a análise também alcançou mestres e doutores em Economia, e também enfatizou aspectos ocupacionais nos três casos.

Neste resumo os dados apresentados se limitarão a um número bem menor de características, focando principalmente naquelas que sustentaram as conclusões entendidas como mais relevantes. Na publicação original há 12 tabelas e dois gráficos, com opção de solicitar ao autor mais 15 tabelas cujos títulos foram listados. Neste artigo, há apenas quatro tabelas e um gráfico, este apresentando a distribuição ocupacional dos economistas graduados, que no texto original aparece numa tabela.

ROBERTO MACEDO

*Economista pela USP, mestre e doutor em Economia pela universidade Harvard (EUA). Foi professor titular, chefe do departamento de Economia e diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP. É consultor econômico e de ensino superior. E-mail: roberto.macedo@post.harvard.edu. O autor agradece a colaboração de Alison Pablo de Oliveira como assistente de pesquisa.

2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ECONOMISTAS

Entre os economistas graduados predominavam homens, mas com expressiva participação feminina (36,6%); não brancos constituíam 21,1% dos que declararam sua raça ou cor; a maioria dos graduados atuava em áreas urbanas com forte concentração (71%) nas regiões Sudeste e Sul do país; entre os que declararam nacionalidade o predomínio foi de brasileiros natos ou naturalizados (93,6%).

Com base em dados dos conselhos regionais de Economia, sobre o número de economistas registrados e com direito a voto, foi calculada a proporção entre esse número e o total de economistas graduados recenseados, por unidade da federação, proporção essa que revelou o valor médio de 19,2%, indicando baixo alcance do registro profissional.

O avanço quantitativo da profissão é relativamente mais forte entre mestres e doutores

A análise ocupacional abordou inicialmente o período 1980-2010 e ao examinar a aderência de 35 profissões a suas ocupações "típicas" adotou o procedimento usual de definir tais ocupações de modo restritivo, limitadas àquelas cujo nome coincidia com o da profissão ou a ocupação de professor. De um modo geral essa aderência caiu nesse período, um resultado atribuído ao surgimento de novas ocupações ou porque as oportunidades surgiram em ocupações "atípicas"; em alguns casos, a aderência oscilou na mesma direção do ciclo econômico, e nas profissões ligadas ao magistério de nível fundamental e médio foi influenciada por políticas públicas adotadas.

Ainda nesse contexto mais geral, foi definido um índice de dispersão ocupacional aplicado a 28 profissões, concluindo-se que os economistas graduados mostram grande dispersão, com cerca de 70% deles se distribuindo por 30 ocupações, conforme a Tabela 1.

TABELA 1 - DISPERSÃO OCUPACIONAL NÚMERO DE OCUPAÇÕES QUE ALCANÇARAM CERCA DE 70% DOS ENTREVISTADOS, POR CURSO DE GRADUAÇÃO OU PROFISSÃO DECLARADA - 2010

Curso/Profissão	Número	Curso/Profissão	Número
Odontologia	1	Engenharia Civil	12
Farmácia	2	Matemática	13
Medicina	2	Agronomia	13
Biologia	3	Biblioteconomia	14
Enfermagem	3	Física	17
Artes	4	Contabilidade	21
História	4	Teologia	23
Serviço Social	6	Engenharia Mecânica	25
Sociologia	6	Química	25
Filosofia	7	Engenharia Química	26
Arquitetura	8	Estatística	27
Veterinária	8	Economista	30
Psicologia	10	Administração	35
Direito	11	Engenharia Elétrica	37

Acrescente-se que em larga medida os economistas disputam ocupações também comuns a graduados em Administração e Contabilidade, conforme a Tabela 2, onde em negrito são destacadas ocupações que se destacam na absorção de maiores porcentagens desses profissionais. Onde as porcentagens são menores, há vários casos em que as diferenças entre seus valores são também de menor magnitude.

TABELA 2 - GRADUADOS EM ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE E OCUPAÇÕES EXERCIDAS - 2010 – EM % (*)

Economia	Administração	Contabilidade	Ocupações
11,16%	0,18%	0,18%	**Economistas**
5,72%	**9,89%**	6,36%	**Serviços de escritório em geral**
4,46%	3,29%	2,08%	Gerentes: de bancos, serviços financeiros e seguros
4,34%	2,01%	**36,34%**	**Contadores**
3,66%	**10,34%**	1,49%	**Analistas de gestão e de administração**
3,18%	2,42%	2,33%	Comerciantes de lojas
3,13%	3,94%	2,23%	Gerentes de comércios atacadistas e varejistas
2,86%	3,54%	1,99%	Dirigentes de administração e de serviços não classificados anteriormente
2,80%	3,49%	1,21%	Dirigentes de vendas e de comercialização
2,74%	1,31%	1,37%	Analistas financeiros
2,42%	1,79%	1,42%	Trabalhadores de serviços estatísticos, financeiros e de seguros
1,99%	3,68%	2,15%	Balconistas e vendedores de lojas
1,79%	1,74%	0,89%	Representantes comerciais
1,75%	2,29%	1,45%	Supervisores de secretaria

(*) Porcentagens ordenadas das maiores para as menores para os graduados em Economia.

Assim, verificou-se ser extremamente limitado o citado procedimento de identificar as ocupações típicas de cada profissão, em razão do que só estudos como este, do detalhe ocupacional de uma profissão, podem apontar casos em que a atipicidade é caracterizada, como a ocupação de professor do ensino fundamental, que aparecerá no Gráfico 1 mais à frente.

Estendida a análise aos mestres e doutores, e examinada a estrutura etária desse conjunto ampliado, conforme a Tabela 3, verificou-se que entre os graduados há um envelhecimento da profissão, pois faixas de idade mais elevada têm maior participação que faixas mais jovens. Entre mestres e doutores ocorre o contrário, com esses dois grupos passando por um processo de rejuvenescimento, mediante incorporação de um maior número de titulados nas faixas etárias mais jovens. Em outras palavras, o avanço quantitativo da profissão é relativamente mais forte entre mestres e doutores.

TABELA 3 - ECONOMISTAS GRADUADOS, MESTRES E DOUTORES EM ECONOMIA DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS – 2010

Anos	Graduados		Mestres		Doutores		Total Geral	
	Número	% do Total	Número	% do Total	Número	% do Total	Número	% do Total
até 25	10.450	4,5%	621	3,4%	57	1,1%	11.128	4,3%
25 a 35	44.773	19,1%	5.200	28,4%	624	11,5%	50.597	19,6%
35 a 45	50.436	21,5%	4.664	25,4%	1.531	28,3%	56.631	21,9%
45 a 55	57.994	24,8%	4.211	23,0%	1.435	26,5%	63.640	24,7%
55 a 65	44.206	18,9%	2.634	14,4%	1.163	21,5%	48.003	18,6%
65 a 75	19.660	8,4%	778	4,2%	459	8,5%	20.897	8,1%
75 +	6.768	2,9%	233	1,3%	141	2,6%	7.142	2,8%
Totais	234.287	100,0%	18.341	100,0%	5.410	100,0%	258.038	100,0%

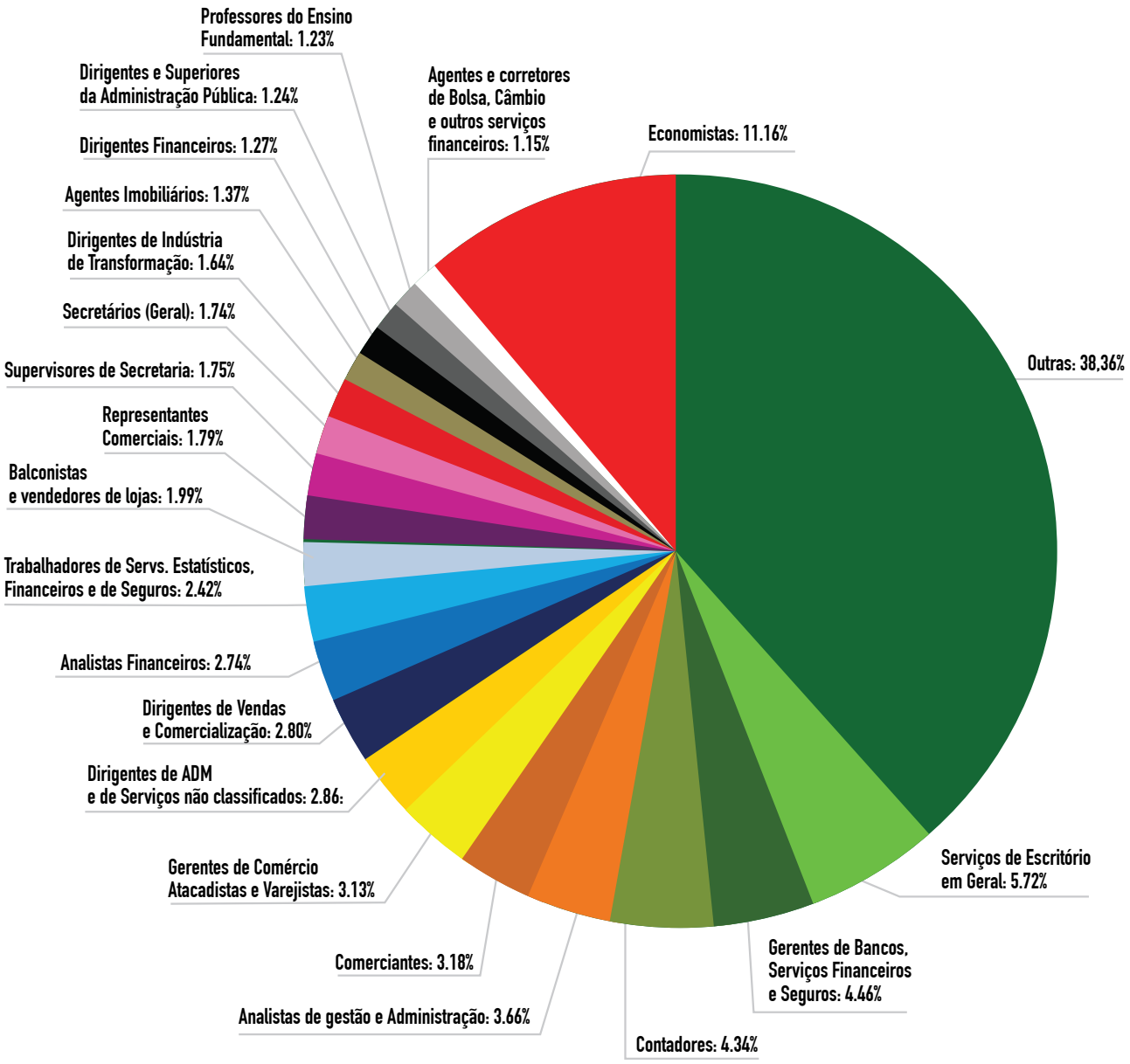
Quanto aos rendimentos médios mensais, apresentados na Tabela 4, os mestres revelaram um forte diferencial de remuneração relativamente à dos economistas graduados, e o doutorado também leva a um aumento adicional, mas menor do que na comparação anterior. Na análise do índice de concentração de Gini das distribuições de rendimentos, o resultado foi que a menos concentrada é a dos doutores, seguida pela dos mestres e pela dos economistas graduados. Entende-se que esse resultado se explica porque os doutores têm presença bem maior no ensino superior, onde a disparidade de rendimentos é menor do que no mercado como um todo.

TABELA 4 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL TOTAL E DO TRABALHO PRINCIPAL EM R$ E ÍNDICE DE GINI (ENTRE PARÊNTESES) DOS GRADUADOS, MESTRES E DOUTORES EM ECONOMIA - 2010

Rendimento Médio	Graduados	Mestres	Doutores
Do trabalho principal	4.953 (0,486)	8.975 (0,471)	10.216 (0,393)
Rendimento total	5.904 (0,526)	11.885 (0,541)	12.569 (0,462)

Sobre a dispersão ocupacional dos economistas graduados, no Gráfico 1 fica evidenciada a sua enorme amplitude. Entre mestres e doutores, essa amplitude mostrou-se bem menor. Assim, enquanto a Tabela 1 mostrou que 30 ocupações alcançam cerca de 70% dos economistas graduados, entre os pós-graduados esse número se reduziu para 16, entre os mestres e nove entre os doutores.

OCUPAÇÃO DOS ECONOMISTAS GRADUADOS - 2010



3. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA EDUCACIONAL E PARA A GESTÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE

Ao apontar novamente, e de forma mais contundente, a grande flexibilidade ocupacional, o estudo dá sustentação adicional a proposta do autor, formulada em livro publicado em 1998, de que os cursos de graduação em geral tenham nas instituições de ensino um ciclo básico comum de dois anos, voltado

para formação interdisciplinar, para facilitar a adaptação dos seus concluintes ao mercado de trabalho, onde são múltiplas as alternativas ocupacionais.

Enquanto esse ciclo básico não vem com alcance geral, sugere-se que as instituições de ensino que têm cursos de Economia e de Administração e/ou de Contabilidade passem a ter um ciclo básico comum a esses cursos, facilitando assim a adaptação de seus egressos a um mercado de trabalho onde frequentemente disputam as mesmas ocupações.

Em particular, entende-se que economistas graduados não podem prescindir de conhecimentos básicos de disciplinas como Administração de Empresas, Finanças, Contabilidade e Marketing, ligadas às ocupações que concentram as oportunidades de trabalho, desempenhadas predominantemente no âmbito empresarial.

A percepção do autor é de que nesse mercado mais amplo os economistas graduados perdem em competitividade com profissionais formados em Administração e Contabilidade, pois muitos não têm na sua formação educacional disciplinas como as citadas.

O estudo também mostrou 4.678 economistas graduados, mestres e doutores atuando no magistério superior; ou cerca de 2% do total dos economistas com formação de graduação e pós-graduação, que é de 234.287. Ora, representantes dessa minoria têm enorme influência na definição e administração da estrutura curricular do curso de graduação em Economia. Assim, ao tomarem decisões a respeito, deveriam ponderar sobre a realidade ocupacional com que a grande maioria dos economistas se depara no mercado de trabalho.

As escolas de Economia e as entidades de classe dos economistas também devem refletir sobre o envelhecimento da profissão no nível de graduação e tomar iniciativas para rejuvenescê-la

O autor também reitera sugestão anterior de que o curso de graduação em Economia passe a oferecer nos dois últimos anos uma especialização em Economia de Empresas e outra em Macroeconomia e Políticas Públicas, para melhor acomodar interesses dos estudantes e a segmentação do seu mercado de trabalho. A primeira especialização deve ocorrer sem prejuízo de uma visão macroeconômica e do papel das políticas públicas, visão esta que também tipifica a profissão, mas aí sem a mesma ênfase recebida da segunda;

As escolas de Economia e as entidades de classe dos economistas também devem refletir sobre o envelhecimento da profissão no nível de graduação, e tomar iniciativas para rejuvenescê-la, como as já citadas, que ampliariam a atratividade do curso, num contexto em que vem caindo o número de cursos de graduação na área e o correspondente número de formandos.

As mesmas entidades também devem solicitar ao IBGE que seja incluído no questionário mais detalhado de futuros censos um item em que a formação de graduação seja informada no caso dos entrevistados que alcançaram o mestrado e o doutorado.

Mesmo sem essas informações, propõe-se que mestres oriundos de programas de mestrado stricto sensu e doutores em Economia também possam se registrar como profissionais nos conselhos regionais da área, ainda que seu curso de graduação seja de outra, o que fortaleceria a profissão, cabendo ao Conselho Federal de Economia propor ao Congresso Nacional as necessárias modificações na legislação pertinente ao assunto.

Também cabe refletir quanto ao fato de que um grande número de economistas permanece à margem do registro profissional.

EVIDÊNCIAS E NÚMEROS DE INVESTIMENTOS EM CAPITAL HUMANO NA AGRICULTURA PAULISTA[1]

Por Paulo Fernando Cidade de Araújo

Este breve artigo é resultado apenas parcial do capítulo 6, do projeto "Contribuição da FAPESP ao desenvolvimento da agricultura paulista", pesquisa que se encontra em fase final de execução. O conteúdo analítico do Relatório Parcial, submetido à Fundação, é o seguinte: "Contribuição da agricultura ao desenvolvimento econômico", no capítulo 2; Desempenho da agricultura em São Paulo, 1990-2013, no capítulo 3; Eficiência técnica na produção de cana-de-açúcar, no capítulo 4; Dimensão do agronegócio em São Paulo, no capítulo 5; Capital humano para o desenvolvimento da agricultura: ensino, pesquisa e extensão rural, no capítulo 6; Apoio de Instituições federais: EMBRAPA, CNPq, CAPES, FINEP e BNDES; no capítulo 7; e, Contribuição da FAPESP ao desenvolvimento do Estado de São Paulo, no capítulo 8. Até o momento, nossos resultados sugerem que a agricultura e o agronegócio, em São Paulo, contribuíram positivamente para crescimento da economia brasileira. E poderão contribuir mais.

Muitas são as diferenças físicas, históricas e culturais entre os países do mundo. Mas, a importância e o papel da agricultura no crescimento econômico são generalidades do processo de desenvolvimento; e não apenas especificidades do setor primário das economias.

Gary Becker, em 1964, fez valiosa contribuição à importância dos investimentos nas pessoas. Uma conta bancária, as instalações de uma fábrica de aço ou de qualquer indústria e os recursos naturais das fazendas são formas de capital na economia. Alta escolaridade, treinamento em informática/habilidades tecnológicas, gastos públicos em pesquisa/saúde e o envolvimento em palestras sobre dedicação no trabalho são investimentos em capital humano. Se o crescimento fosse somente explicado pelo uso mais intensivo dos fatores capital e terra por trabalhador, em algum momento no tempo, os rendimentos decrescentes interromperiam esse eventual crescimento[2].

1. Este artigo é parcialmente baseado no Capítulo VI do Relatório do Projeto FAPESP 2012/51209-4, ARAÚJO, Paulo F.C. et al., Contribuição da FAPESP ao Desenvolvimento da Agricultura Paulista, São Paulo, FAPESP, 280p., 2015.

2. BECKER, G.S. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. Chicago, University of Chicago Press 1964, 1993 (3ª edição).

PAULO FERNANDO CIDADE DE ARAÚJO

Professor Sênior - USP/ESALQ

Há algum tempo, a aplicação do conhecimento tecnológico é essencial para aumentar a produtividade do trabalho e de outros fatores/insumos produtivos. Isto significa aumentar a Produtividade Total dos Fatores (PTF), expressão também conhecida como Resíduo de Solow.[3]

Na agricultura tradicional e de subsistência, a educação tende a ser pouco valorizada porque as práticas/técnicas rotineiras são transferidas entre gerações. Quando, porém, há mudanças, incertezas e crescimento da produção, os agricultores buscam métodos produtivos mais eficientes: máquinas, fertilizantes / defensivos, variedades híbridas e riscos na comercialização. É assim que tem início a industrialização da agricultura.

Evidências de Capital Humano na Agricultura – Araújo et al (2003) analisaram o desempenho da agricultura paulista no longo prazo. Ela caminha para a integração com os setores não-agrícolas da economia. A produtividade registrou bons resultados: de 1960 a 1999, aumento de 93% da PTF (taxa de 1,71% ao ano). No subperíodo 1980-1999, a PTF cai nos anos 80 e cresce nos anos 90, à taxa anual de 2,33 %. E o retorno estimado ao investimento na pesquisa agropecuária? Para cada real despendido, o incremento estimado seria de R$ 10 a R$ 12 no valor da produção.[4]

Brentani e Brito Cruz (2011) estudaram ciência, tecnologia e inovação em São Paulo, incluindo análise de Salles-Filho et al. (2007) sobre o setor agrícola. A PTF estimada na agricultura também mostrou bons resultados no período 1995-2006. O índice de quantidade das lavouras atingiu 138, a partir do ano – base, crescimento à taxa de 2,6% ao ano. A pecuária aumentou à taxa anual de 2,4%, o índice chegando a 134,6. Para a mão-de-obra, o índice diminuiu 14,5%, enquanto o da terra aumentou 7% no período. A taxa média de crescimento da produtividade do trabalho foi 4,8% ao ano. E, em estudo feito em 2005, foram estimados valores do produto marginal da pesquisa agrícola no intervalo de 12,8 a 20,4, com a média de 16,9. Ou seja: "... cada R$ 1 adicional investido em pesquisa agropecuária acrescentaria cerca de R$ 17 no valor da produção da agricultura". [5]

Gasques e Bastos (2012) analisaram o PIB no Brasil, no período 1947-2011. Concluem que a agricultura "... cresce com base na produtividade". Entre 1975 e 2011, o Índice Produto evolui de 100 para 405; e, o Índice Insumo só atinge 110. Dividindo-os, o valor para a PTF é igual a 369: resultado dos mais positivos para a agricultura e a economia brasileira.[6]

Universidades Públicas Formando Capital Humano para a Agricultura – As universidades selecionadas são: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A importância e o papel da agricultura no crescimento econômico são generalidades do processo de desenvolvimento; e não apenas especificidades do setor primário das economias

USP, criada em 1934. Forma capital humano em 42 faculdades/escolas, quatro hospitais e seis institutos especializados. Em 2013, matriculou 92.792 estudantes em onze Campi nas cidades de São Paulo (4), Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos (2), Pirassununga, Lorena e

3. SOLOW, R., Technical Change and the Aggregate Production Function, Review of Economics and Statistics, 1957, 39: 312-320.

4. ARAÚJO, P. F.C. et al. O Crescimento da Agricultura Paulista e as Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão numa Perspectiva de Longo Prazo, São Paulo, FAPESP, 2003.

5. SALLES-FILHO, S.et al, CT&I no Setor Agrícola no Estado de São Paulo. In: BRENTANI, R.R. e BRITO CRUZ, C.H. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo, 2010, FAPESP, 2011, capítulo 10, p. 1-47.

6. GASQUES, J.G. e BASTOS E.P. Produtividade e Crescimento. São Paulo, IEA,2002

Bauru. Nos 289 cursos de graduação matricularam-se 58.204 jovens e - nos 222 programas e 665 cursos de pós-graduação - estudaram 29.547 profissionais: 14.149, no mestrado e 15.398 no doutorado. Outros 5.041 profissionais em programas e/ou cursos especiais. No período 2002-2012, foi muito positiva a contribuição da USP. Formou 36.511 mestres e 24. 469 doutores nas diferentes áreas do conhecimento.[7]

As Tabelas 1 e 2 apresentam os dados de produção científica dos professores nas unidades de Ciências Agrárias: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) e Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e da própria USP.

TABELA 1 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES ATIVOS DAS UNIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA USP, 2004-2013*.

Anos	ESALQ		FMVZ		FZEA		CENA		TOTAL USP	
	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)
2004	2.108	196	824	133	484	91	99	31	31.040	7.218
2005	2.062	154	751	149	443	71	106	22	31.635	6.413
2006	2.127	190	1.168	197	521	74	263	124	30.878	6.949
2007	2.030	276	756	185	471	112	271	73	28.925	6.753
2008	1.503	194	779	260	395	82	135	56	24.797	6.897
2009	1.674	245	869	203	482	148	282	83	31.728	8.292
2010	1.467	209	951	291	547	169	363	132	30.776	9.386
2011	1.495	250	800	286	625	245	290	108	29.496	9.512
2012	1.268	290	1.028	340	626	192	305	129	27.632	9.806
2013	760	320	738	338	757	287	377	176	23.150	9.378

*** Trabalhos publicados no exterior. | Fonte: Anuário Estatístico da USP 2014.**

TABELA 2 - NÚMERO DE DOCENTES ATIVOS POR UNIDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA USP, 2004-2013

Ano	ESALQ	FMVZ	FZEA	CENA	Total USP
2004	180	70	28	35	4022
2005	184	72	41	36	4176
2006	191	82	46	37	4454
2007	194	84	47	37	4543
2008	227	96	65	37	5645
2009	171	68	78	28	4823
2010	175	72	86	30	5006
2011	174	76	91	30	5143
2012	174	72	100	28	5108
2013	185	74	101	27	4863

Fonte: Anuário Estatístico da USP 2014.

7. Dados em www5.usp.br

O capital humano para a agricultura paulista é principalmente formado na ESALQ e no CENA, em Piracicaba; na FMVZ, em São Paulo; e, na FZEA em Pirassununga.

a) ESALQ/USP: Criada em 1901, integra a USP desde 1934. Em 1964, início dos programas de pós-graduação no mestrado e em 1970 no doutorado. Em 1972, oferece o curso de Engenharia Florestal; e, em 1998, de Economia Agroindustrial, hoje, Ciências Econômicas. Em 2001, o curso noturno de Ciência dos Alimentos. Em 2002, outros dois cursos (também noturnos): Gestão Ambiental e Ciências Biológicas. E, em 2013, o curso de Administração.

b) CENA/USP: Criado em 1976 com a missão de desenvolver pesquisas para aplicar técnicas nucleares na agricultura. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas em três divisões científicas.

c)\ FMVZ/USP: Na criação da USP, em 1934, passou a integrá-la. Em 1976, oferece o curso de Zootecnia. Dois departamentos e as disciplinas do curso de zootecnia são oferecidas no campus de Pirassununga. A primeira turma de médicos veterinários da FMVZ foi a de 1938. Em sua infraestrutura está o Hospital Veterinário.

d) FZEA/USP: Criada em 1992 no campus de Pirassununga. Desde 2001, a FZEA oferece o curso de Engenharia de Alimentos. Em 2009, implantados dois cursos: Engenharia de Biossistemas (primeiro na América Latina) e Medicina Veterinária. A pós-graduação em Zootecnia, com início em 1994, no mestrado e no doutorado em 2001. Desde 2009, oferece a pós-graduação em Engenharia de Alimentos.[9]

UNESP, criada em 1976. Inicialmente, 34 unidades em 24 cidades, sendo 22 no interior; uma em São Paulo e outra em São Vicente. Em 2013, implantados seis cursos de graduação em São João da Boa Vista, Araraquara, Dracena, Registro e São José dos Campos. Hoje tem aproximadamente 3,7 mil professores e 7,2 mil funcionários. A cada ano, forma 5,5 mil profissionais de nível superior. Oferece 179 opções de cursos de graduação em 68 carreiras. Na graduação, estudam mais de 36,2 mil jovens e 12 mil nos programas de pós-graduação.[10]

Na Tabela 3, aparecem os dados de produção científica dos docentes ativos das unidades da área de agricultura: da Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) em Botucatu, da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS), da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) em Botucatu. do Instituto de Biociências (IB) em Rio Claro e da própria UNESP, no período 2011 – 2013; e, na Tabela 4, o número de docentes ativos nas unidades selecionadas e da UNESP.

TABELA 3 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES ATIVOS DAS UNIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA UNESP, 2011-2013*

Anos	FCA/UNESP		FEIS/UNESP		FCAV/UNESP		IB/UNESP		TOTAL UNESP	
	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)	Total	Exterior (1)
2011	227	37	226	68	487	140	350	222	4.731	2.076
2012	296	107	310	140	712	321	431	284	7.036	3.514
2013	262	102	196	122	708	367	453	327	6.453	3.510

(1) Trabalhos publicados no exterior | Fonte: Anuário Estatístico da UNESP 2014

9. Dados em www.fzea.usp.br. | 10. Dados em www.unesp.br.

TABELA 4 - NÚMERO DE DOCENTES ATIVOS POR UNIDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E UNESP, 2004-2013.

Ano	FCA	FEIS	FCAV	IB	Total UNESP
2004	88	195	210	156	3215
2005	89	196	212	159	3354
2006	89	214	212	167	3507
2007	90	218	217	168	3554
2008	87	209	212	165	3425
2009	86	213	197	160	3316
2010	89	217	220	165	3543
2011	85	218	224	171	3553
2012	88	96	221	176	3626
2013	88	86	223	172	3730

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP 2014

Além dos Campi tradicionais de Botucatu, Jaboticabal e Ilha Solteira, em caráter experimental foram criados, em Dracena, cursos de zootecnia e engenharia agronômica; em Registro, de engenharia da pesca; e, em São José dos Campos, de engenharia ambiental.

As unidades dos três Campi tradicionais são:

a) FCA/UNESP – Em 1965, em Botucatu, o curso e Agronomia foi criado pelo Estado. Passou a integrar a então Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, instituída em 1962. Em 1976 foi criada a FCA. E foram implantados os cursos de Zootecnia em 1977 e de Engenharia Florestal, em 1987.[11]

b) FCAV/UNESP: Implantada em Jaboticabal em 1966. Em 1971, foram autorizados a funcionar os cursos de Medicina Veterinária e de Zootecnia. E, com a criação da UNESP em 1976, a FCAV passou a integrá-la como unidade de ensino, pesquisa e extensão.[12]

c) FEIS/UNESP – O Curso de Agronomia foi criado em 1976. Na graduação, a FEIS oferece os seguintes cursos: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Agronomia; oferece também vários programas de pós-graduação. Dispõe de uma fazenda de ensino e pesquisa, com área total de 1.647 hectares.[13]

UNICAMP, criada em 1966. Compõe-se de 23 unidades de ensino e pesquisa, três hospitais, 21 centros e núcleos interdisciplinares, dois colégios técnicos e 27 bibliotecas. Em 2013, matriculou 18.338 alunos nos cursos de graduação e se formaram 2.249 profissionais. Na pós-graduação oferece 156 cursos, dos quais 74 de mestrado, 68 de doutorado e 14 de especialização. O número de alunos matriculados na pós-graduação soma 16.195, sendo 5.263 no mestrado e 6.141 no doutorado, além de 4.791 em cursos de especialização. No ano 2013, foram aprovadas 1.310 dissertações e 946 teses nos programas de pós-graduação.[14]

Na Tabela 5, estão os números da contribuição científica da UNICAMP: produção científica, docentes ativos e produção média no período 1999–2013

11. Dados em www.fca.unesp.br | 12. Dados em www.fcav.unesp.br | 13. Dados em www.feis.unesp.br | 14. Dados em www.unicamp.br

TABELA 5

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DOCENTES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA MÉDIA DOS DOCENTES, UNICAMP, 1999-2013.

Ano	Produção Científica	Docentes Ativos	Produção Cientifica Média
1999	1229	1688	0,73
2000	1394	1694	0,82
2001	1331	1650	0,81
2002	1636	1684	0,97
2003	1760	1601	1,10
2004	1898	2104	1,15
2005	2065	2114	1,23
2006	2112	2125	1,25
2007	2222	2123	1,32
2008	2752	2069	1,63
2009	2812	2070	1,66
2010	2771	2052	1,62
2011	2981	2025	1,75
2012	3238	2030	1,89
2013	3149	2051	1,81

Fonte: Anuário Estatístico da UNICAMP - 2005 e 2014.

As unidades de formação de profissionais para a agricultura são:

a) Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP): O curso de graduação tem cinco linhas curriculares: recursos naturais; construções rurais; planejamento e desenvolvimento rural; projetos de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas; e, sistemas energéticos rurais.[15]

b) Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA/UNICAMP): Foi a primeira unidade de ensino e pesquisa em engenharia de alimentos na América Latina e, de 1966 a 1972, funcionou no Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. A Faculdade possui quatro departamentos acadêmicos: Alimentos e Nutrição; Ciência de Alimentos, Engenharia de Alimentos; e, Tecnologia de Alimentos. Além de suas atividades específicas de ensino e pesquisa (na graduação e pós-graduação), a FEA presta serviços de extensão e treinamento. Tem condições de oferecer programas de treinamento nas áreas de administração de negócios e gestão de qualidade, recursos humanos e produtividade, bem como na avaliação e gestão de produtos, processos e finanças.

UFSCar, criada em 1968. No Campus de Araras oferece os cursos de Engenharia Agronômica e Biotecnologia e, no mestrado, de Agroecologia e Desenvolvimento Rural; no Campus de Sorocaba, os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal; e, no de São Carlos, o curso de Gestão e Análise Ambiental.

Em janeiro de 1991, a Universidade Federal de São Carlos incorporou as unidades paulistas do Programa Nacional de Melhoramento da Cana–de-Açúcar (PLANALSUCAR), do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em Araras. Foi essa incorporação que originou o Campus onde funciona o Centro de Ciências Agrárias (CCA). Em 2011, foi criado mais um Campus universitário, o de Lago do Sino, com a área de 647 hectares no município de Buri. Neste Campus, os cursos de Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal e Engenharia de Alimentos tiveram início em 2014, com 150 estudantes e 23 docentes.

Até 2014, a UFSCar formou 842 profissionais, assim distribuídos: a) em Araras, 670 engenheiros agrônomos; e, em Sorocaba, 72 engenheiros florestais e 100 economistas. Na pós-graduação, formou 28 economistas e 16 engenheiros de produção no mestrado. E também até 2014, quatro cursos de graduação totalizaram 1054 estudantes, sendo 262 em engenharia agronômica, 175 em engenharia florestal, 264 em economia e 353 em engenharia da produção.

Com as recentes transformações tecnológicas e o capital humano formado na USP, UNICAMP, UNESP e UFSCar, a agricultura paulista encontra-se num contexto de "industrialização". Ou seja, predominantemente empresarial e voltada para os mercados, interno e internacional. Rapidamente vai abrindo mercados para as indústrias de bens de capital e insumos. E em boa hora, as instituições privadas de ensino superior estão formando também capital humano em medicina veterinária e agronomia: já formaram mais de 1600 profissionais. .

15. Dados em www.feagri.unicamp.br

ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Por Carlos Mauro[1] & Ana Salomé[2]

O comportamento humano é tão determinante para a Economia, quanto a água é para a água de coco. "Ação Humana" e "Agente Econômico" são conceitos centrais na Ciência Econômica. Qualquer economista, na sua missão de explicar, prever e/ou alterar comportamentos humanos, tem de associar-se a uma concepção de agência humana. Os modelos e as políticas baseadas na concepção de agência racional, que produz inferências acerca de como os agentes pensam, as razões das suas ações, ou como vão agir, falham com frequência, pelo que deveremos ser permeáveis a pensamentos diferentes sobre o que leva os agentes a agir.

A Economia Comportamental fornece um conjunto psicologicamente mais realista de instrumentos de compreensão da ação humana, permitindo-nos explicar comportamentos previamente identificados como irracionais pela chamada Economia Neoclássica, que diferentemente do que se imaginava, são frequentes, economicamente relevantes e previsíveis. Os economistas comportamentais olham os seres humanos, na sua dimensão real, para lá de paradigmas categóricos sobre a racionalidade e idealistas quanto ao agente. Não dizem que somos irracionais, tampouco dizem que somos racionais de modo apriorista e generalizado.

Existe um conjunto de crenças falsas sobre a Economia Comportamental. Uma delas diz respeito à ideologia, tentando associar a Economia Comportamental ora com liberais, ora com conservadores. Tanto liberais como conservadores utilizam-na para criar políticas públicas. A Economia Comportamental pretende dar, com objetividade, respostas a problemas concretos, baseadas no conhecimento sobre o comportamento humano. A outra crença é pensar-se que é "contra" a Economia Neoclássica. O que tenta mostrar é que o comportamento humano é profundamente influenciado por traços de irracionalidade e por processos inconscientes, levando a que aquilo que pensávamos ser irrelevante ou marginal, seja, na verdade, grande parte da substância humana a conhecer.

CARLOS MAURO

1. Economista e Diretor do Behaviour, Economics and Organizations Laboratory, BEO Lab e Professor, Católica Porto Business School;

ANA SALOMÉ

2. Advogada e Diretora de Pessoas e Comunicação, Grupo NORS.

O lançamento do Relatório do Banco Mundial para o Desenvolvimento, em 2015, integralmente dedicado à aplicação da Economia Comportamental no contexto das políticas públicas, permitiu que alguns economistas resistentes passassem a olhar esta ciência com menos desconfiança e bastante curiosidade. Acreditamos que este será um marco, que determinará, provavelmente, uma era diferente nas políticas ligadas ao desenvolvimento. Antes disto, os professores Daniel Kahneman, Daniel Ariely, Richard Thaler e Cass Sunstein, entre outros, já tinham publicado livros impactantes de divulgação científica, que abriram a Economia Comportamental ao grande público.

Mas, o que é a Economia Comportamental? Diremos, que procura estudar/descobrir os efeitos que fatores não econômicos como as emoções, as heurísticas e os enviesamentos cognitivos produzem nas decisões econômicas, ou em decisões que impliquem consequências econômicas, sejam elas individuais ou coletivas. Utiliza ideias e intuições da psicologia, fundamentalmente da psicologia cognitiva, a propósito da formação de juízos e sobre a tomada de decisão, para tentar compreender como as pessoas realmente escolhem em contextos econômicos. E parece que, nalguns momentos, tentamos agir de modo mais racional, fazendo um grande esforço cognitivo para calcular, da melhor maneira possível, custos e benefícios, e noutro conjunto muito relevante de casos, as nossas decisões são marcadas, por exemplo, pelo impulso, pela empatia, por fatores emocionais, sem termos condições para calcular muito bem o que beneficiamos e o que perdemos.

Os economistas comportamentais olham os seres humanos, na sua dimensão real, para lá de paradigmas categóricos sobre a racionalidade e idealistas quando ao agente

Uma simples pesquisa na internet dará ao leitor um conjunto relevante de exemplos de estudos experimentais da Economia Comportamental. Verá que o modo como as opções de escolha são apresentadas pode ser, em muitos casos, o fator central na decisão do agente. Chamamos este efeito de "enquadramento". Perceberá, também, que arriscamos mais quando o problema de decisão é descrito/colocado em termos de perdas e não de ganhos – demonstrando a nossa "aversão à perda". Terá a certeza de que a partilha de informações agregadas sobre o comportamento de consumo de água ou energia da população de um bairro, ou cidade, nas contas individuais, poderá produzir uma diminuição ou aumento do consumo por conta do efeito das "normas sociais".

Um caso interessante, que desafia as intuições sobre o agente racional, é o que se tem chamado de "Martyrdom Effect". Olivola e Shafir, num experimento realizado depois do tsunami no Sudeste Asiático, que matou mais de 200.000 pessoas, colocaram os participantes aleatoriamente em dois grupos. Num deles, que vamos chamar de grupo GA, o custo de doar para uma organização de ajuda humanitária para as vítimas do tsunami, em termos de esforço e dor, era baixo. Noutro, que vamos chamar de GB, o custo de doar, nos mesmos termos que o anterior, era alto. Aos participantes do GA, disseram que a atividade de captação de recursos seria um piquenique e que os valores doados iriam diretamente para a organização. Aos participantes do GB, referiram que a atividade de captação de recursos seria uma corrida de 8 Km e que a organização só receberia a doação feita por eles, caso completassem a corrida.

Numa perspetiva racional, o valor médio doado nos dois grupos seria semelhante, uma vez que a utilidade esperada da doação é igual em qualquer um dos grupos – as vítimas, a organização e a tragédia são as mesmas.

No entanto, os participantes do GB doaram, em média, aproximadamente 24 dólares, enquanto, os participantes do GA doaram, em média, 14 dólares.

Olhando estes resultados, poderíamos especular que se quiséssemos aumentar os valores doados numa campanha de caridade, poderíamos, por exemplo, tornar o processo contributivo mais custoso e penoso, dando ao doador a sensação de mártir. Obviamente, não é assim tão simples e linear, no entanto, é, sem dúvida, uma possibilidade a ser considerada. Este é um resultado contraintuitivo, que mostra claramente que agimos como consumidores honrando, muitas vezes, fatores inconscientes e não econômicos.

Outro exemplo é o chamado "Efeito da Vítima Identificável", descrito na última década por alguns cientistas e economistas comportamentais, como, por exemplo, pelos professores americanos Paul Slovic, George Lowenstein, Deborah Small e pela professora israelense Tehila Kogut. Sintetizando uma das experiências, os participantes foram separados em dois grupos diferentes e foram desafiados a responder sobre situações ligeiramente diferentes. Um dos grupos leu a história de milhares de crianças que estão em situação de risco num país muito pobre e, logo a seguir, os participantes foram questionados sobre quanto estariam dispostos a doar para ajudar. O outro grupo leu a história de uma criança identificada que está em situação de risco no mesmo país e, logo a seguir, os participantes, também, foram questionados sobre quanto estariam dispostos a doar para ajudar.

Seguindo a crença de que somos agentes racionais, os participantes do grupo com milhares de vítimas doariam substancialmente mais do que os participantes do grupo com a vítima identificada. No limite, o valor da doação teria sido o mesmo, pois as pessoas poderiam ter um valor para doação e, quer seja para uma ou mil crianças, doariam o mesmo, pois é o que tinham disponível.

Iniciativas ligadas ao reconhecimento, à reciprocidade e ao significado do trabalho têm efeitos mais marcantes na produtividade, desempenho e satisfação dos colaboradores

Contudo, os participantes do grupo com os milhares de vítimas doaram a metade do valor dos participantes do grupo com a vítima única e identificada. Para um defensor da crença de que os agentes econômicos são racionais, este comportamento não faz sentido. No entanto, este é o comportamento que sistemática e previsivelmente exibimos. Temos a clara tendência para nos ligarmos afetivamente a casos únicos e identificados de modo substancialmente mais forte, do que a casos de tragédias coletivas, com milhares de vítimas. Este efeito pode explicar a nossa passividade em casos de genocídios e a nossa diligência em casos de uma vítima identificada na mesma condição.

O efeito da vítima identificável é especialmente importante se pensarmos em políticas públicas ligadas ao bem-estar coletivo. Igualmente, confere informação preciosa sobre o comportamento dos indivíduos que pode e deve ser utilizada pelas organizações sem fins lucrativos, ao estruturarem as suas campanhas de intervenção. Repare o leitor, na relevante assimetria que poderá existir na percepção por parte da população acerca de determinadas políticas/campanhas e na percepção dos governos/organizações. Parte da população estará provavelmente a formar juízos a partir do referencial da vítima identificada e os governos/organizações a partir da vítima estatística. Não é uma questão de dizer qual é a referência correta, mas, sim, de perceber que as referências produzem efeitos e que estes poderão ser centrais na real adesão a uma política pública ou a uma causa.

É comum as políticas públicas assumirem a forma de imposições e proibições, ou de programas extensos de conscientização, que produzem efeitos no médio e longo prazo. Existem outras políticas que têm a lógica de influenciar as pessoas nas suas decisões em determinado sentido ou direção, preservando, contudo, a liberdade de escolha dos indivídu-

os. Esta última categoria, inserida no chamado Paternalismo Libertário, são os nudges, que podemos traduzir como "empurrãozinho" ou seja, um aspecto da arquitetura de escolha que altera o comportamento das pessoas de uma forma previsível, sem contudo criar, necessariamente, proibições ou alterar o contexto dos incentivos econômicos.

A abordagem através de nudges, nas políticas públicas, tornou-se muito popular no Reino Unido (onde existe o Behavioural Insights Team) e nos Estados Unidos (onde existe o White House Social and Behavioral Sciences Team), pois tem um baixo custo associado e um bom potencial para atingir resultados com impacto social e econômico significativos, muitas vezes de forma quase imediata. O denominado Executive Order, emitido pelo Presidente Obama, em 2015, dá diretrizes claras aos órgãos públicos para que utilizem o enfoque comportamental no desenho das políticas públicas.

O nudge é ainda pouco utilizado no Brasil, seja nas políticas públicas ou nas organizações. Contudo, o potencial é enorme dado que pequenas mudanças, por exemplo, na forma como as opções são apresentadas ou na forma como a informação é transmitida, podem levar a grandes mudanças no comportamento dos cidadãos.

No caso da saúde, por exemplo, um dos problemas mais relevantes é a não adesão do paciente ao tratamento proposto pelo médico. Muitas pessoas têm um diagnóstico médico sobre a doença, têm as receitas para os medicamentos, têm recursos para comprá-los, ou os recebem gratuitamente, mas, simplesmente, são realizam o tratamento da forma correta, ou, simplesmente, nem o iniciam. Este comportamento produz custos sociais relevantes, para além da diminuição óbvia do bem-estar do

paciente e das pessoas que dele dependem, ou que com ele convivem. A forma como as consequências da doença, mas principalmente, a forma como as consequências da falha no tratamento são enquadradas e transmitidas pelo médico, podem ser essenciais no processo que leva à adesão, ou não adesão, terapêutica – aumentando ou diminuindo o comportamento de risco do paciente. Para além disso, a utilização de avisos, lembretes ou, até, de acompanhamento por mensagens SMS desenhadas e criadas para este fim, pode ser parte da solução. Temos a ideia de que o risco e o desconforto que a doença traz e o medo que o paciente sente são suficientes para que se trate. Que conhecendo os custos e os benefícios da doença e do tratamento, preferirá tratar-se. Pensamos que a maioria das pessoas que não se trata tem este comportamento por falta de recursos. O que poderá ser verdade, mas em muitos casos não é. O investimento no aumento da adesão terapêutica é central para um sistema de saúde eficaz e eficiente.

Nas empresas, por exemplo, existe a ideia de que compensações de natureza financeira, ou uma forte ligação dos colaboradores à identidade organizacional, podem melhorar a sua produtividade. Desenham-se complexos sistemas de recompensa, ligados a pesados e conflituosos sistemas de avaliação e criam-se intensos programas de treinamento, circunscritos à doutrinação organizacional e a competências. Contudo, os resultados não convencem. A Economia Comportamental demonstrou que iniciativas ligadas ao reconhecimento, à reciprocidade e ao significado do trabalho têm efeitos mais marcantes na produtividade, desempenho e satisfação dos colaboradores.

A Economia Comportamental pode, num mundo como o de hoje, promover uma verdadeira evolução com efeitos radicais e duradouros na qualidade de vida das pessoas e das comunidades

Um problema grave, para os gestores de recursos humanos, é a alta taxa de rotatividade dos colaboradores mais jovens, e a consequente perda do retorno associado ao investimento no seu treinamento. Em 2013, Cable, Gino e Staats demonstraram, numa experiência realizada, que os colaboradores que, para além do treinamento sobre competências técnicas, participaram numa sessão adicional, vestindo camisetas com os próprios nomes, dedicada à reflexão sobre os seus próprios atributos que os levavam à felicidade pessoal e ao bom desempenho profissional e, consequentemente, sobre maneiras de replicá-los no novo trabalho, tiveram, ao final de seis meses, uma rotatividade de 70% menor que grupo que participou numa sessão adicional alternativa, vestindo camisetas com o nome da empresa, que enfatizava a identidade da organização, com discursos dos mais seniores e reflexões sobre a qualidade da empresa e o sentimento de orgulho. Também os clientes do primeiro grupo estavam, no final dos seis meses, mais satisfeitos do que os do segundo grupo.

A Economia Comportamental pode, num mundo como o de hoje, promover uma verdadeira revolução com efeitos radicais e duradouros na qualidade de vida das pessoas e das comunidades. O Estado, cada vez mais escrutinado na afetação de recursos poderá utilizá-la como motor de políticas públicas efetivas e eficazes. O conhecimento produzido pela Economia Comportamental pode também ser usado pelas organizações em diversas áreas da gestão, desde os recursos humanos, ao marketing (para a produção de impactos sociais positivos) e às finanças. No caso das organizações sem fins lucrativos, poderá, também, permitir aumentar a captação de recursos por doação dos consumidores. Genericamente, os custos das intervenções são sempre baixos, quando comparados aos custos de soluções que não levam em consideração o contexto e as especificidades do agente econômico real, sejam propriedades culturais ou cognitivas.

O Brasil poderá se beneficiar de um maior conhecimento e investimento no desenvolvimento da Economia Comportamental e das suas várias aplicações.

GUIA DE ECONOMIA COMPORTAMENTAL E EXPERIMENTAL

Por Luiz Alberto Machado

O livro *Guia de Economia Comportamental e Experimental*, organizado pelas professoras Flávia Ávila (UnB) e Ana Maria Bianchi (FEA-USP), lançado no final de 2015 tendo o Cofecon como uma das entidades patrocinadoras, surge num momento mais do que oportuno, uma vez que preenche uma lacuna existente no mercado editorial exatamente no momento em que a importância da Economia Comportamental torna-se cada vez mais reconhecida em diversas partes do mundo.

"Este guia foi concebido", nas palavras de suas organizadoras, "para introduzir o leitor brasileiro à vasta temática da Economia Comportamental e Experimental. Foram aqui reunidos artigos e depoimentos de pesquisadores mundialmente conhecidos por sua contribuição para a área, que adquiriu grande destaque nos últimos anos do século XX. A área, contudo, ainda está engatinhando no Brasil, e divulgá-la aos interessados é justamente a motivação deste guia".

Para atingir o objetivo a que se propõem, as autoras conseguiram reunir contribuições de grandes expoentes da Economia Comportamental e Experimental e de suas diversas ramificações, tais como Psicologia Econômica, Finanças Comportamentais, Neuroeconomia e até Teoria dos Jogos. Entre os expoentes, tanto do exterior como do Brasil, encontram-se nomes consagrados como Dan Ariely, Alain Samson, Chris Starmer, Daniel Read, Vera Rita de Mello, Roberta Muramatsu, Richard Thaler, John List, Varun Gauri e Timothy Gohmann.

Não bastasse a reunião desses – e de outros importantes colaboradores – de diversas universidades, empresas e organizações, o *Guia de Economia Comportamental e Experimental* tem o mérito de mesclar textos de nítida conotação acadêmica, depoimentos esclarecedores sobre o tema e exemplos de aplicação tanto na iniciativa privada como na formulação de políticas públicas, numa demonstração cabal das múltiplas possibilidades da Economia Comportamental.

Por suas características, o *Guia da Economia Comportamental e Experimental* oferece ao leitor a possiblidade de optar por sua leitura na sequência normal ou por meio da escolha dos capítulos que considerarem mais relevantes ou que estiverem mais próximos de seus interesses específicos. Porém, seja qual for a opção de leitura, trata-se de leitura obrigatória para todos aqueles que quiserem conhecer uma das linhas de pesquisa cuja importância e reconhecimento mais têm crescido quer entre a comunidade acadêmica, quer entre os não acadêmicos.

OS DESAFIOS PARA A ANGE EM 2016

No ano de 2015 a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – ANGE realizou um importante trabalho na atualização do banco de dados das Instituições de Ensino Superior que possuem cursos de Ciências Econômicas e foi por meio dele que entrou em contato com os coordenadores de curso, enviando-lhes informações essenciais, com destaque às direcionadas à realização do XXX Congresso, que contou com 229 inscrições. Esse congresso foi muito bem avaliado pelos participantes e desde então, estamos trabalhando para viabilizar as sugestões debatidas e aprovadas na Assembleia Geral, que certamente pautarão os trabalhos da entidade no ano de 2016, mas que não se esgotarão neste ano.

Apresento as sugestões deliberadas com o objetivo de divulgar algumas das atividades que a ANGE desenvolverá:

1) compilar as propostas de conteúdos que versem sobre Finanças Subnacionais, dando sequência ao trabalho iniciado em 2014;

2) viabilizar na página eletrônica da entidade um espaço de interlocução com coordenadores de curso e associados, visando a discussão e divulgação de estudos, notícias e intercâmbio de experiências sobre ensino de economia;

3) estudar a possibilidade de desenvolver pesquisa sobre as matrizes e conteúdos curriculares dos cursos de ciências econômicas no Brasil;

4) incentivar estudos sobre o Exame Nacional do Desempenho do Estudante – ENADE, tendo em vista que o curso de ciências econômicas participou desta avaliação do INEP/MEC no ano de 2015;

5) reforçar a articulação com o Sistema COFECON/CORECONs, ampliando a boa relação existente e visando a realização de Encontros Regionais no período entre os Congressos anuais da ANGE;

6) apoiar a Federação Nacional dos Estudantes de Economia – FENECO para a realização dos encontros promovidos pela entidade;

7) buscar informações junto ao NUCA-UFRJ, com vistas a ter acesso e disponibilizar o acervo daquele Núcleo sobre ensino de economia;

8) buscar maior aproximação e articulação com entidades e movimentos em defesa do pluralismo no ensino de economia, tanto em nível internacional quanto nacional, inclusive visando a formação de grupos de trabalho entre os pesquisadores da temática;

Na oportunidade, informo que o XXXI Congresso da ANGE será realizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2016. Contamos com a presença de todos que se interessam pela formação com qualidade dos novos economistas.

Prof. Eduardo Rodrigues da Silva
Presidente da ANGE

FENECO: RUMO À BASE DISCENTE

Atualmente, a Feneco colhe os louros de meses de esforços em construir uma relação mais estreita com a base discente de Economia através da consolidação de suas iniciativas, porém almeja mais

Após uma disputa acirrada, a 13 de janeiro, entrou em voga o novo logotipo da Feneco – Federação Nacional dos Estudantes de Economia, fruto de um concurso que serviu de peça a construção de um estreitamento com a base discente. O concurso supracitado, constituído em três etapas, envolveu votação pública do alunato de Economia, estendendo-se por aproximadamente três meses: do seu anúncio, em outubro, à eleição e divulgação do trabalho ganhador. Conforme previsto em edital, o criador da logo vitoriosa, Silvanney Stonny (estudante da UFAL – Universidade Federal de Alagoas) foi premiado com a quantia de R$300,00 pagos pela instituição.

Mas o protagonismo nordestino ante a Feneco está longe de se restringir a adoção de uma logo com raízes sertanejas: foi peça fundamental, na reaproximação da Feneco com os estudantes de Economia, a inauguração do Coreco, em Natal, capital potiguar. Com amplo apoio dos centros acadêmicos do Nordeste, o evento reuniu as células nervosas do movimento estudantil nordestino. A evolução do encontro culminou na formação de uma comissão que serve de superfície comunicativa entre a Feneco e as demandas discentes nordestinas e na tiragem da sede do XXII Ereco Nordeste – Encontro Regional dos Estudantes de Economia.

Silvanney Stonny com Lailla Brito, membro da Feneco

A ser realizado entre os dias 20 e 24 de março, o XXII Ereco NE terá sede na UFPB – Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, promovido pela Feneco em aliança com o centro acadêmico da universidade sede. Entre os palestrantes, nomes de peso debruçados sobre o tema central: "25 anos de evolução econômica do Nordeste (1990-2015): Arcaísmo versus Modernização". Ademais, ainda no tocante a execução de encontros estudantis ao longo deste ano, a Feneco tem figurado como apoiadora institucional a realização do XLII Eneco – Encontro Nacional dos Estudantes de Economia: a ser sediado pela USP, na capital paulista, entre os dias 17 e 23 de julho, sob o tema: "Crises políticas e econômicas do Século XXI".

Em suma, a Feneco já galgou passos relevantes na reconexão com o alunato de Economia, porém almeja mais: anseia compor efetivamente o ambiente acadêmico, cada vez mais atuante e representativa e, para tal, convoca a participação plena da base discente em seu processo de reestruturação.

ATENÇÃO,
ECONOMISTAS E ESTUDANTES DE ECONOMIA!

CONFIRAM AS DATAS E LOCAIS DOS ENCONTROS REGIONAIS DE ECONOMIA E PROGRAMEM-SE PARA PARTICIPAR!

X ENAM
ENCONTRO DE ENTIDADES DE ECONOMISTAS DA AMAZÔNIA LEGAL

O ENAM dá sequência aos encontros realizados em 2006 pelos Conselhos

Regionais de Economia componentes da Amazônia Legal. Considerando toda a discussão nacional e internacional sobre a crise econômica, e ainda o papel do economista como profissional atuante que busca compreender, modelar e prever o comportamento dos indivíduos, instituições e os fenômenos econômicos, o tema proposto é: "**O Contexto de crise nas economias amazônicas: oportunidade e desafios para os economistas**", com o objetivo de fortalecer a classe e ainda destacar aos futuros economistas a importância da profissão.

Data: 19 a 21 de maio

Local: Manaus - AM

Informações com o Corecon-AM:

(92) 3234-2421 / 3622-7880

Data: 15 a 17 de junho

Local: Parnaíba - PI

Informações com o Corecon-PI:

(86) 3221-7337

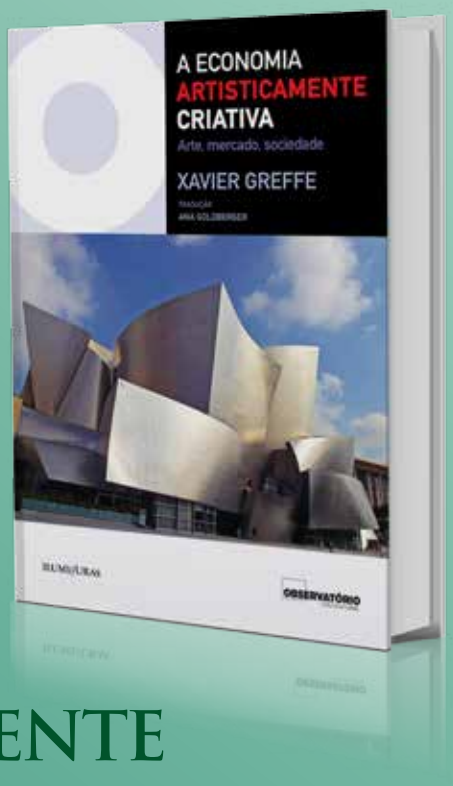
XXVIII ENE
ENCONTRO DE ENTIDADES DE ECONOMISTAS DO NORDESTE

O tema central será "**O protagonismo do Nordeste para o desenvolvimento do Brasil no século XXI: diagnóstico, iniciativa e estratégias para o futuro**". As discussões estarão focadas no diagnóstico do contexto atual e em identificar boas iniciativas e estratégias pertinentes na região Nordeste, com o objetivo de torna-la protagonista no processo de desenvolvimento do País. Além de palestras e mesas de debate, os participantes do XXVIII ENE terão a oportunidade de participar também de uma gincana regional, de visitas técnicas e passeios turísticos ás praias do Piauí.

XXI ENESUL
ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA REGIÃO SUL

O XXI ENESUL ocorrerá juntamente com a primeira edição do Encontro dos Economistas do Cone Sul (I ECONESUL), evento a ser realizado anualmente pelo Cofecon envolvendo representantes da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Será discutida a evolução histórica do relacionamento econômico entre os países do Cone Sul e o Brasil, seus pressupostos básicos e as fases de sua evolução, bem como o exame dos rumos atuais e suas consequências futuras para a indústria da região (política econômica dos governos frente aos cenários nacionais e internacional).

Data: 4 e 5 de agosto
Local: Florianópolis - SC
Informações com o Corecon-SC:
(48) 3222-1979



XAVIER GREFFE
Tradução de Ana Goldberger
São Paulo: Iluminuras, 2015, 191 páginas
ISBN: 978-85-7321-487-7

A ECONOMIA ARTISTICAMENTE CRIATIVA

Por **Luiz Alberto Machado**, economista, vice-diretor da Faculdade de Economia da FAAP e conselheiro do COFECON.

A economia criativa tem despontado nos últimos anos como um dos temas de maior destaque, quer no plano teórico, em que é focalizada tanto pela ótica da economia como pela da criatividade, quer no plano da economia aplicada, uma vez que vem oferecendo, em diferentes partes do mundo, excelentes oportunidades de geração de emprego e renda em plena época de retração econômica.

É verdade que, no Brasil, a economia criativa ainda não conseguiu obter o mesmo grau de importância e reconhecimento que já possui em diversos outros países, entre os quais a Austrália, a Nova Zelândia e o Reino Unido, onde é identificada como um dos principais fatores de crescimento econômico, com forte participação na composição do Produto Interno Bruto.

Em nosso país, lamentavelmente, a descontinuidade tem sido um grande obstáculo para que a economia criativa possa desempenhar um papel relevante, embora se constitua num conceito amplo o suficiente para incluir nossa diversidade, tanto de linguagem quanto de modelos de negócios, reunindo as atividades que têm, na cultura e criatividade, a sua matéria-prima e englobando uma vasta gama que vai do indivíduo que trabalha na educação complementar por meio de música e utilização de games a uma grife de roupas ou de automóveis de luxo.

O livro *A economia artisticamente criativa*, que tem como subtítulo Arte, mercado e sociedade lançado em português no final de 2015, chega ao público brasileiro em momento bastante oportuno, preenchendo importante lacuna ao relacionar dois temas tratados durante muito tempo como antagônicos, quais sejam, a arte e a economia.

Seu autor, Xavier Greffe, é professor da Universidade de Sorbonne, onde tem se concentrado em avaliar o peso da arte na sociedade contemporânea e traçar sua trajetória recente com o fato econômico. Recorrendo à filosofia e à estética tanto quanto à economia, o autor discute o papel da arte e da cultura a partir das crises de reestruturação econômica da década de 1970, quando países como a Inglaterra (onde a expressão primeiro se firmou como indústria criativa) viram na criatividade um meio para criar empregos e refundar valores num momento em que ruía o paradigma industrial.

Essa abordagem transversal, abarcando a filosofia, a estética, a história, a psicologia, a criatividade e a economia é um dos pontos fortes do texto, uma vez que são mencionadas contribuições de nomes de fundamental importância em cada uma dessas áreas do conhecimento, entre os quais Max Weber, F. Nietzche, I. Kant, André Gorz, Paul Johnson, Jeremy Rifkin, George Akerlof, Thereza Amabile, Howard Gardner, M. Csikszentmihalyi, Charles Landry, Elsa Vivant, Adam Smith, David Ricardo, Alfred Marshall, Joseph Schumpeter, George Stigler e Gary Becker, além dos dois grandes gurus da economia criativa, John Howkins e Richard Florida.

No primeiro capítulo, Greffe discorre sobre a polêmica envolvendo a expressão "economia criativa", passando pelos conceitos de classe criativa e cidade criativa (Florida) e examinando se efetivamente as cidades favorecem o desenvolvimento da criatividade.

No segundo, o autor focaliza as artes e a criatividade a partir de duas óticas: a abordagem da criatividade a partir do indivíduo e a abordagem comunitária da criatividade.

O terceiro capítulo é voltado aos produtos culturais, onde o autor discute a interação entre bens econômicos, bens artísticos e produtos culturais. De forma provocativa, Greffe contrapõe a midiatização das coisas à coisificação das mídias. Em seguida, no mesmo tom, questiona se as marcas se constituem em fabricantes de produtos ou de identidade. Encerra o capítulo com a pergunta: Será o luxo criativo?

O quarto – e mais extenso capítulo – destaca a empresa artisticamente criativa. Nele, depois de fazer algumas considerações conceituais a respeito da especificidade da empresa artisticamente criativa e da inter-relação entre criação artística e sustentabilidade econômica, o autor lança mão de exemplos de verdadeiros ícones da economia criativa como Louis Comfort Tiffany, Émile Gallé, Coco Chanel, Walt Disney e Andy Warhol. Na parte final do capítulo, Greffe debruça-se sobre questões de enorme interesse para os economistas referentes à formação do valor de um produto artisticamente criativo, bem como à sua precificação.

No quinto capítulo, o autor põe em relevo os mercados e redes artisticamente criativos, afirmando de início que eles implicam outros processos de ajuste além do mecanismo dos preços, havendo uma instabilidade crônica no sistema que torna impróprias as abordagens que tendem naturalmente para o equilíbrio. Para Greffe, neste aspecto em particular o que está em jogo é saber se as trajetórias originadas por essas instabilidades irão convergir ou darão lugar a divergências cada vez mais profundas. Chamando a atenção para o fato de que no mercado de bens artisticamente criativos observa-se a falta de conexão – mais ou menos forte – entre as lógicas da oferta e as procura, identifica e discorre brevemente sobre três tipos de mercados: mercado de vanguarda, mercado do fio da navalha e mercado de absorção. Encerrando o capítulo, o autor volta-se para o papel das aglomerações em redes, clusters ou distritos criativos, estabelecendo um paralelo no campo cinematográfico entre Hollywood, em Los Angeles, e Bollywood, em Mumbai.

Encerro meus comentários a respeito deste oportuno lançamento da Editora Iluminuras, cuja leitura recomendo a qualquer pessoa interessada em conhecer a crescente influência da economia criativa, reproduzindo o primeiro parágrafo da conclusão do livro de Xavier Greffe: "É bem difícil contestar hoje a ligação entre as artes e a economia criativa, sejam quais forem os desvios a que a análise dessas ligações pode levar, tanto no plano político quanto no estatístico. Mas independentemente desses desvios, que em geral estão ligados a uma vontade de instrumentalizar as artes ou de utilizá-las sem pagar, as artes têm um papel importante na economia contemporânea: elas não constituem mais um setor restrito da economia, para o qual se dirigem apenas olhares gentis, mas uma dimensão transversal que fertiliza a criatividade social, econômica e ambiental".

HA JOON CHANG

ECONOMIA: MODO DE USAR - UM GUIA BÁSICO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS ECONÔMICOS

Por **Celina Ramalho**, economista e conselheira do Cofecon. Professora da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP) e sócia da Semear Consultoria e Treinamento

Após as edições de *Chutando a Escada*, *Maus Samaritanos* e *23 Coisas que Você Deveria Saber Sobre o Capitalismo*, Ha Joon Chang segue mais uma vez a contribuição de conhecimento e interpretações do mundo pelo seu olhar de economista ao editar seu mais recente livro, *Economia: Modo de Usar*.

Não somente a economia brasileira é acometida por situação de crise. A economia mundial passa por transformações na produção, no comércio e nas finanças tão substanciais a partir das novas tecnologias e conhecimento, que mudam o referencial da criação do valor agregado. Isso compromete os países até então considerados ricos e hegemônicos, e passa a caracterizar os países emergentes como a grande oportunidade para novos investimentos, os quais têm os parâmetros mais exponenciais dessas novas tecnologias e conhecimento.

Os historiadores caracterizam a nova estrutura produtiva mundial seguida pelos países emergentes de IV Revolução Industrial. Ha Joon trás observações de relevância para que se compreenda a nova configuração das coisas importantes do capitalismo nesta nova fase da economia mundial, o que confere ao livro *Economia: Modo de Usar* leitura de sequência para quem já conhece a literatura do autor, ou mesmo como meio de apresentação do seu pensamento.

Através da sua forma de escrever descontraída e de fácil interpretação, mesmo para os não economistas, Ha Joon apresenta aspectos que considera de fundamento para a compreensão do capitalismo, de seu significado, à sua história. Em sua descrição, o capitalismo tinha como primeira observação a organização da produção de alfinetes na obra de Adam Smith, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas das Riquezas das Nações*, editado em 1776. Ha Joon descreve quem são e como atuam os atores da economia, desde os produtores, as famílias e o Estado, bem como suas interações econômicas, desde a produção de alfinetes até as senhas numéricas dos nossos dias.

Na segunda parte do livro Ha Joon trata os assuntos de produção e renda visando a vinculação de acumulação prévia de capital como premissa do modo de produção capitalista e o resultado deste processo na forma de renda e sua distribuição, essa última sinalizando bem-estar social, ou como trata a ciência econômica dos nossos dias, a felicidade.

São tratadas também as questões de desigualdade social e pobreza, as oportunidades de trabalho ou a sua falta que soma os desempregados, e o papel do Estado na mediação dos direitos e deveres dos atores da economia, visando os seus melhores resultados em valor agregado e distribuição de riqueza.

E por fim, e tão importante, Ha Joon reforça o que o comércio entre os países favorece, que é a maior abundância resultante das especializações e vantagens produtivas de cada região e país do mundo. Desta vez o comércio internacional em meio à IV Revolução Industrial conta com as novas facilidades advindas da tecnologia em transportes e comunicação que intensificam as relações produtivas, comerciais e financeiras entre as sociedades. O leitor se atualiza muito da nova forma de funcionamento do capitalismo. Aproveite!

Há 60 anos, uma entidade a serviço do trabalhador brasileiro

Presente nas 27 unidades da Federação, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) é uma instituição plural de assessoria socioeconômica, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro.

Conta com uma equipe experiente e multidisciplinar, especializada em temas do trabalho, que realiza pesquisas e estudos sobre emprego e desemprego, preços, condições de trabalho, gênero, raça, entre outros, utilizados não somente pelo movimento sindical, mas por governos, organizações internacionais e toda a sociedade.

A instituição representa os interesses das entidades de trabalhadores nos mais importantes fóruns de discussões econômicas, sociais e do trabalho e fornece ao movimento sindical serviços de assessoria, pesquisa e educação.

O DIEESE é o espaço de articulação e ação conjunta das diferentes correntes do movimento sindical. A entidade atua para fortalecer as lutas e as ações dos trabalhadores do campo e da cidade.

Visite nosso site: www.dieese.org.br

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

/dieese

/dieese_online

EMPREENDER É
UMA PAIXÃO.
E JUNTO DO SEBRAE,
ELA VAI LONGE.

É da porta para dentro que a gestão,
inovação e produtividade fazem a diferença.
É aí que entra a mão do Sebrae para ajudar
a fazer o seu negócio ser cada vez melhor.

SUA VIDA É SE SUPERAR A
CADA DIA? ESTAMOS JUNTOS.

0800 570 0800 **SEBRAEPR.COM.BR**
ESPECIALISTAS EM PEQUENOS NEGÓCIOS

SEBRAE

/prsebrae @sebrae_pr /prsebrae